

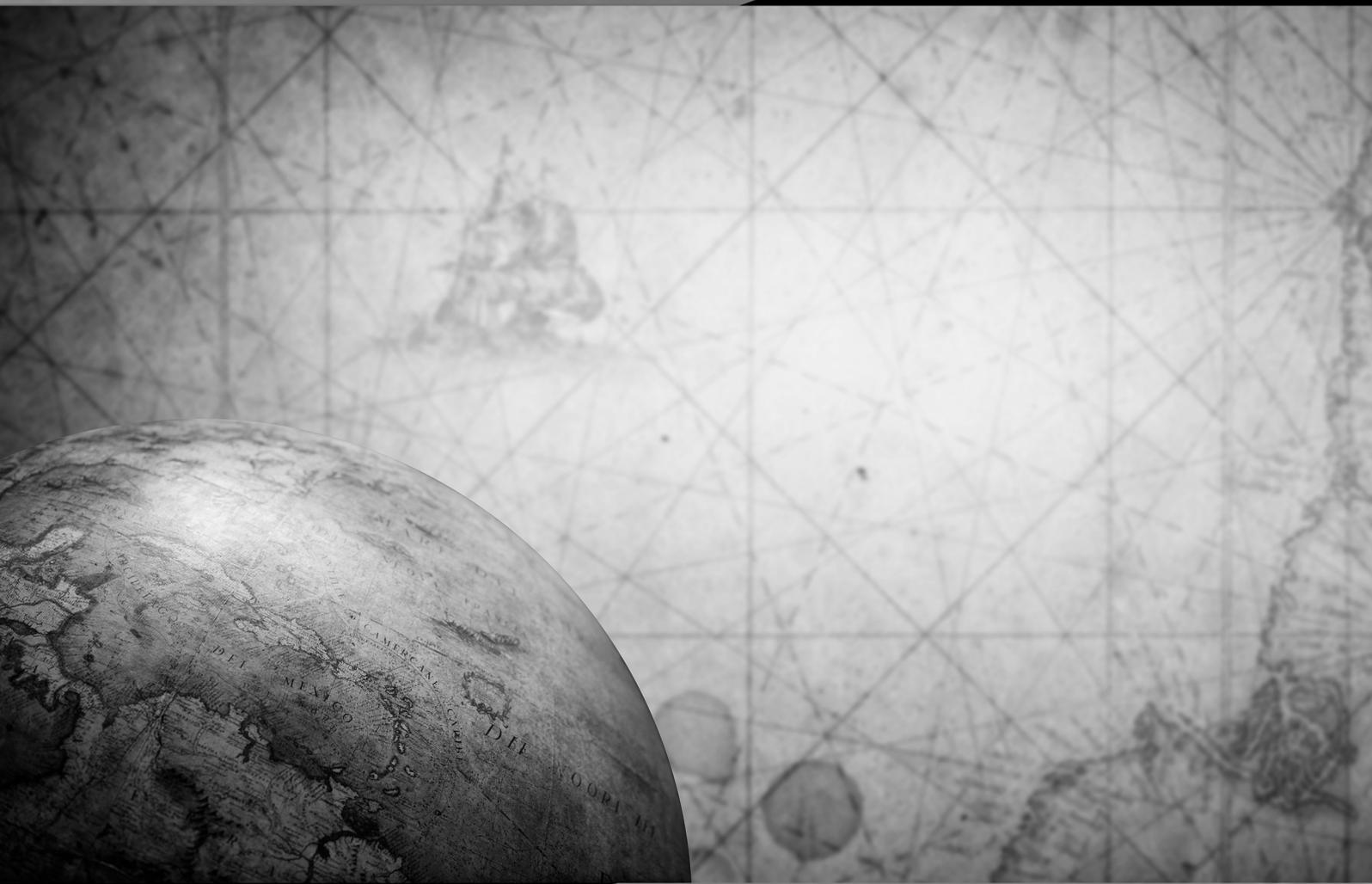
A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D618 A diversidade e as questões políticas, históricas e culturais [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86002-67-6

DOI 10.22533/at.ed.676202003

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Mudanças tecnológicas no século XXI fronteiras se aproximam por meio do mundo virtual, com elas intensificam migrações, as desigualdades, a globalização capitalista, os fundamentalismos, a luta pela terra e pela igualdade de direitos assumem outros formatos. Com ela transformam as formas de resistência com novas estratégias para um acelerada exploração capitalista, enfrentamento ao racismo, ao machismo, xenofobia, à LGBTIfobia, fundamentalismo político e religioso, à intolerância religiosa se intensificam pelos diferentes espaços do mundo. Fronteiras são quebradas e passagens são rompidas por uma vida cibernética, mudam se as relações das pessoas, os negócios entre os países, ideologias, posicionamentos políticos e governos. Circularam e aproximaram novos olhares sobre o mundo, conceitos, preconceitos, sustentabilidade. Aproximaram e fizeram circular visões de mundo, valores, sujeitos, conceitos, preconceitos, visões sobre o meio ambiente, sobre a sustentabilidade. Vários foram os motivos que o foco mudou, sujeitos sociais passam buscar o seu lugar de fala, seu protagonismo social e político, organizados ou não em movimentos sociais. E quando se organizam, estão vinculados àqueles que levantam bandeiras emancipatórias de gênero, raça, idade, deficiência. Esse conceito de emancipação versa em uma articulação de perspectivas que combinam desde a visão democrática-igualitarista de sociedade, a uma visão socialista e, até mesmo, políticas públicas para a diversidade.

Aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero na sala de aula contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. É o que diz comunicado divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. No texto, a Unesco propõe que a legislação e os planos educacionais brasileiros incorporem perspectivas de educação em sexualidade e gênero. De acordo com o comunicado, isso se torna ainda mais importante porque a educação é compreendida como processo de formar “cidadãos que respeitem as várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações”. De acordo a Unesco, o ensino de gênero nas escolas é primordial para prevenir e extirpar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero. “Diante de recentes fatos ocorridos no país, no que se refere à violência sexual, a Unesco no Brasil reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros], sendo contrária a toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos em qualquer circunstância e, em especial, em espaços educativo.” O assunto é polêmico e alvo de embates entre entidades ligadas a direitos humanos e grupos religiosos, que alegam, entre outros argumentos, que o debate de gênero incentiva a homossexualidade. A questão chegou a ser excluída do Plano Nacional de Educação (PNE) por pressão de parlamentares conservadores, e de planos estaduais e municipais de educação. Os planos definem metas e estratégias para a educação desde o ensino infantil até a pós-

graduação e tratam também da formação de professores e financiamento do setor. As metas devem ser cumpridas até 2024. Para a Unesco, debater essas questões em sala de aula é fundamental para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos. A intenção é que as escolas ensinem aos estudantes que todas as pessoas são iguais, independentemente da identidade de gênero, e que existem diversas orientações sexuais, que devem ser respeitadas. “As desigualdades de gênero, muitas vezes evidenciadas pela violência sexual contra meninas, expõem a necessidade de salvaguardar marcos legais e políticos nacionais, assim como tratados internacionais, no que se refere à educação em sexualidade e de gênero no sistema de ensino do país”, diz a agência das Nações Unidas. Um dos compromissos dos países-membros da Organização das Nações Unidas é garantir o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelo Brasil e todos os outros Estados-membros da ONU em 2015. Entre os 17 objetivos globais da agenda, está a garantia de ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes, e a promoção da educação para a igualdade de gênero e os direitos humanos. Em março, a Unesco divulgou o Atlas de Desigualdade de Gênero na Educação, que mostra que, no mundo, quase 16 milhões de meninas entre 6 e 11 anos nunca irão à escola. O número é duas vezes maior que o de meninos. Entre eles, no mundo, 8 milhões nunca frequentarão as salas de aula.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GÊNERO E PRISÃO: OS IMPACTOS DO SISTEMA PRISIONAL SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE DA MULHER ENCARCERADA NO ESTADO DE ALAGOAS	
Bruna Araújo de Melo Ferreira Ialy Virgínia de Melo Baía	
DOI 10.22533/at.ed.6762020031	
CAPÍTULO 2	16
GÊNERO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS MOTORISTAS BRASILEIROS	
Carla Rezende Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.6762020032	
CAPÍTULO 3	27
CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS GÊNEROS E SUA INFLUÊNCIA NOS RELACIONAMENTOS SORODIFERENTES PARA O HIV/AIDS	
Celestino José Mendes Galvão Neto Juliana Rodrigues de Albuquerque Ana Alayde Werba Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.6762020033	
CAPÍTULO 4	38
A VIOLÊNCIA E SUAS DIFERENTES FORMAS	
Gustavo Nogueira Dias Wagner Davy Lucas Barreto Gilberto Emanuel Reis Vogado Eldilene da Silva Barbosa Natanael Freitas Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.6762020034	
CAPÍTULO 5	48
O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro Célio Marcos Colombo Molteni depois de Paulo Melissa Camilo Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges Fernando Sabchuk Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.6762020035	
CAPÍTULO 6	67
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO(S): DIÁLOGO INTRODUTÓRIO ENTRE SIMMEL E TEORIA QUEER	
Adriana Nolibos Baccin	
DOI 10.22533/at.ed.6762020036	

CAPÍTULO 7	79
MULHERES À MARGEM DA MATERNIDADE NA LITERATURA NEGRA	
Fernanda Mota Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6762020037	
CAPÍTULO 8	89
PRODUÇÃO LEGISLATIVA FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2018)	
Jonas Modesto de Abreu	
Daliila Rodrigues Barros	
Leonardo Aires de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6762020038	
CAPÍTULO 9	100
MORRO DA CONCEIÇÃO: HISTÓRIA DE FÉ E CULTURA QUE SE ENTRELAÇA NO SUBÚRBIO DA CIDADE	
Lucy Patrícia da Silva de Farias	
Severino Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6762020039	
CAPÍTULO 10	112
REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 56ª LEGISLATURA (2019-2022)	
Jonas Modesto de Abreu	
Bruno Henrique Martins de Almeida	
Leonardo Aires de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.67620200310	
CAPÍTULO 11	129
RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO: AS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM SÃO PAULO	
Natália Yukari Mano	
DOI 10.22533/at.ed.67620200311	
CAPÍTULO 12	140
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DAS ESCOLAS MINEIRAS: ENFOQUES LEGAIS SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES	
Aline Claudino de Castro	
Débora Felício Faria	
DOI 10.22533/at.ed.67620200312	
CAPÍTULO 13	152
TRANSVESTIGENES CONTRA O ESTADO	
Beatriz Souza de Araujo	
Dhiego Felipe Pereira Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.67620200313	
CAPÍTULO 14	186
SEXUALIDADES E TRAMAS NARRATIVAS, UM MERGULHO COM ARTISTA LEONILSON	
Karlene da Silva Andrade	
Juliana Silva Chagas	
DOI 10.22533/at.ed.67620200314	

SOBRE A ORGANIZADORA.....	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

TRANSVESTIGENERES CONTRA O ESTADO

Data de aceite: 17/03/2020
Data de submissão: 02/12/2019

Beatriz Souza de Araujo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
<http://lattes.cnpq.br/2547406776439844>

Dhiego Felipe Pereira Monteiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
<http://lattes.cnpq.br/9176681073853226>

RESUMO: Este trabalho visa retratar os fenômenos que ocorrem entre a população Transvestigeneres e o Estado na atual conjuntura, além da análise da estrutura legal brasileira, suas instituições e programas na área de saúde existentes ao destacar a lógica conflituosa da implementação dessas políticas públicas que à primeira vista está em harmonia com as demandas do Ativismo-Trans, que se encontra evidente nesses últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais, Transvestigeneres, Bio-Tanatopolítica, Necropolítica

TRANSVESTIGENERES AGAINST THE STATE

ABSTRACT: This paper aims to portray

the phenomena that occur between the Transvestigeneres population and the State in the current conjuncture, besides the analysis of the Brazilian legal structure, its existing institutions and programs in the health area, highlighting the conflicting logic of the implementation of these public policies that at first sight. It is in harmony with the demands of Trans Activism, which has been evident in recent years.,

KEYWORDS: Social Movements, Transvestigeneres, Bio-Tanatopolitics, Necropolitics

INTRODUÇÃO

Existente desde 2008 pelo Sistema Único de Saúde (SUS) o *processo transexualizador* além da cirurgia de Redesignação Sexual/ Genital (CRS), garante a terapia hormonal e acompanhamento psicológico. A partir de 2013 o mesmo passou a garantir próteses de silicone, retirada dos seios, ovários e útero, redução do pomo de adão e adequação das cordas vocais para a feminilização da voz como previsto pela Portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013.

Alguns desses procedimentos médicos são feitos diversas vezes clandestinamente pela dificuldade de conseguir o atendimento por diversos fatores inerentes aos Aparelhos Ideológicos e Repressivos do Estado. Além da

longa fila de espera de no mínimo 10 anos pela cirurgia, muitas Travestis e Transexuais morrem antes de conseguir ao menos iniciar o tratamento, as razões variam, sejam elas inseridas em um cenário de prostituição, doenças, crimes de ódio, tratamentos estéticos de risco elevadíssimo, auto-medicação e suicídio.

A estimativa de vida de Travestis e Transexuais no Brasil é aproximadamente 35 anos, ou seja, menos que a metade da média nacional de 74,9 anos¹, uma das principais causas dessas mortes é o homicídio. Segundo o levantamento feito pelo grupo Transgender Europe 51% (689) dos homicídios na América Central e do Sul ocorreram no Brasil², e outro levantamento feito em escala mundial pelo mesmo grupo mostra que metade dos homicídios ocorreram também no Brasil, dando ao país o título de um dos países que mais mata Travestis e Transexuais no Mundo. Infelizmente, até julho de 2017 foram registradas 97 mortes de transexuais e travestis pela ANTRA.

No entanto, vale ressaltar que há ainda o que chamamos de *Ciffre Noir*³ - Cifra negra - que são casos que não são noticiados, contabilizados ou não são reconhecidos como crimes de ódio, ou seja, o número de vítimas tende a ser bem maiores que estes que temos conhecimento.

Apesar das estatísticas não serem fidedignas como consequência da dificuldade na coleta desses dados em razão da cifra negra, as mesmas servem para alertar a sociedade sobre uma realidade um pouco conhecida pelo grande público, o extermínio seletivo de minorias destacando aquelas pessoas que são LGBTQ+, especialmente travestis, transexuais e transgêneros, além das mulheres cis⁴, pessoas negras independente da classe social, porém aqueles que são pertencentes a classes menos abastadas ou que vivem em zonas de risco estão mais propensos a serem vítimas de uma violência recorrente oriunda da cultura da misoginia, do machismo, racismo, classismo, da heteronormatividade e discursos religiosos que em outras palavras apenas reproduzem um comportamento preconceituoso e extremamente letal legitimado por omissão, à primeira vista, do Estado e de sua rede institucional.

É de relevante importância que a sociedade, assim como instituições públicas e privadas estejam preparadas para atender travestis, transexuais e transgêneros, assim como aceitá-los e enxergá-los, além de mapear as principais dificuldades para garantir que essas pessoas sejam atendidas. Observando aos direitos que todos os indivíduos têm garantidos pela Constituição, ademais, além destas pessoas conviverem diariamente com a violência em diversas instâncias ainda tem seus direitos básicos

1 Dados fornecidos pelo Censo 2010 IBGE publicizado em 2013

2 Os dados nos levam a questionar porque os índices no Brasil não são tão altos em comparação aos outros países, deve-se levar em consideração aspectos culturais e políticos. Onde em alguns países essas discussões estão mais avançadas.

3 Uma das principais razões da transfobia/travestifobia não ser contabilizada é ela ser enquadrada como Homofobia erroneamente e quando raramente noticiado pela mídia, tratam no sexo designado ao nascer ou como Gay/Lésbica.

4 Uma pessoa cis é aquela que politicamente mantém um status de privilégio em detrimento das pessoas trans, dentro da cisheteronormatividade. Ou seja, ela é politicamente vista como “alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero.

negados.

Neste artigo o objetivo é tentar confrontar a lógica burocrática por trás das políticas públicas onde o processo “transexualizador” está inserido ao ignorar a complexidade da implementação, ignorando outros pontos cruciais que fogem do procedimento puramente médico e a “*patologização*” da mesma. Assim, colocando em xeque a funcionalidade na inclusão social para a população LGBT+, especificamente: Travestis, Transexuais e Transgêneros.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como foco as políticas, principalmente, na área de saúde para Travestis e Transexuais, assim como a sua qualidade e eficiência em atendê-los na rede pública. A primeira parte da pesquisa possui um caráter qualitativo ao focar nos atores e suas vivências, destacando conflitos, coalisões entre grupos favoráveis e antagônicos e outros fatores relevantes para auxiliar na compreensão da maioria das nuances até então desconhecidas do assunto.

A segunda parte foca-se no burocrata Street Level - conhecido também como Implementador - analisando as razões que impedem a implementação na prática. De acordo com Lipsky, o burocrata implementador, é responsável - direto - pelo bem-estar do cidadão, não raro, age como uma força reguladora sendo conflitante a ideia inicial. Isso porque as medidas não funcionam sem o burocrata implementador, exigindo que o mesmo possua conhecimento, sensibilidade ao lidar com o público e garantir que as medidas referentes à política pública tenham resultados.

A importância de analisar as atitudes destes burocratas como profissionais da área de saúde, segurança, educação, assistência social entre outros, pela razão deles constituírem uma das principais interfaces do Estado perante os cidadãos. Estes trabalhadores vivenciam limitações e pressões para cumprirem seus respectivos papéis, tendo que separar suas crenças pessoais com o que é ordenado por se encontrarem na ponta onde seu contato além de constante é também direto com os cidadãos estando à mercê a todo tipo de situação inesperada.

Diante disto, um dos objetivos principais é de analisar a atuação dos Burocratas Implementadores para compreender qual o real impacto de suas atividades na vida das Travestis e dos Transexuais; Tendo como perspectiva aspectos além da esfera política como caminho para entender as principais causas deste conflito que cidadãos e profissionais lidam diariamente. Utilizando, como base, Michael Lipsky e alguns aspectos/métodos comuns da antropologia para sinalizar e complementar as brechas que a teoria de Lipsky possa deixar em relação as especificidades do cotidiano e da realação dos burocratas implementadores com a população T.

Sendo assim, há três premissas básicas que definem a função desses burocratas implementadores localizados nas linhas de frente, no nível de rua.

a) Eles trabalham, em um curso regular de rotina, em interação constante com

os cidadãos;

b) Embora faça parte de uma estrutura burocrática, estes funcionários atuam com certa independência dessa estrutura. Um elemento dessa independência é o poder que lhe foi concebido em tomar decisões, ou seja, o poder discricionário inerente a sua função na organização;

c) O impacto potencial de suas decisões para os cidadãos com que lida é significativo. (LIPSKY, 1976)

Ao observar a relação do burocrata implementador, devemos ressaltar que

“Os agentes de implementação lidam, em sua prática, com processos de interação que envolvem diferentes valores, referenciais e identidades. Nesses processos de interação, portanto, entram no contexto as mais variadas identidades, demandas, necessidades e referenciais, além de constrangimentos e normas institucionais, que devem ser negociados para a construção das práticas de implementação. Esses processos requerem negociações entre os diversos fatores que aparecem na interação, para que se possa, efetivamente, implementar as políticas públicas.” (LOTTA, 2010, p.53)

E como essa relação existe com um grupo tão diverso e marginalizado como a população T - Travestis, Transexuais e Transgêneros - poderemos concluir e compreender as razões pelas quais essa política pública na área de saúde se mostra ineficiente e insuficiente apesar de bastante progressista e complexa levando em consideração a época que a mesma foi sancionada quando a militância LGBT+ ainda não era tão presente nas instituições brasileiras.

Já os aspectos Antropológicos, segundo Herzfeld, em seu livro “Produção social da indiferença” mostra as práticas simbólicas da burocracia, um campo que foi amplamente ignorado pela pesquisa antropológica e que constitui um aspecto importante da vida cotidiana nas sociedades modernas. O foco de Herzfeld é o fenômeno social da indiferença, pelo qual ele significa “a rejeição da humanidade comum ... [e] a negação da identidade, da individualidade”, implicando assim que é o “Estado” ou a “burocracia Estatal” que transforma as pessoas em “autômatos sem humor” assim que são colocados atrás de uma mesa. Eles perdem sua identidade, tornam-se não-humanos, e rejeitam aqueles que não combinam suas pequenas caixas. Esse tipo de indiferença e os limites afiados que eleve entre “nós-insiders” e “eles outsiders” é o que interessa a Herzfeld.

Seu principal objetivo é duplo: 1) apresentar um caso para as semelhanças entre sociedades “burocraticamente regulamentadas” e as “sociedades tradicionalmente estudadas por antropólogos”, alegando que as primeiras não são mais “racionais” ou menos “simbólicas” do que as últimas, evitando contrastes fáceis entre o racional em oposição ao simbólico, 2) para examinar os fundamentos comuns da burocracia estatal e do nacionalismo. Ao analisar estas duas hipóteses aparentemente diferentes e tratando-as dialéticamente, refratando uma através da lente do outro, a Produção Social da Indiferença demonstra ricamente o poder da investigação antropológica

sofisticada para descobrir o papel da sociedade na formação das forças sociais contemporâneas.

Com relação à primeira hipótese, Herzfeld sugere que não é possível compreender as burocracias nacionais, a menos que sejam analisadas dentro do mesmo quadro que os valores dos níveis locais - ou seja, de identidade e responsabilidade. O enigma essencial surge então:

Como é que a repressão em todos os níveis, desde o estado totalitário até o pequeno tirano atrás de uma mesa, pode recorrer ao mesmo idioma da representação, a mesma ampla definição da pessoa, os mesmos símbolos evocativos, como os consagrados na Prática mais indiscutivelmente democrática?

A resposta que Herzfeld dá a esta questão, e através da qual ele entra em sua segunda hipótese, é que as raízes da burocracia moderna racional são encontradas em uma cosmologia pré-moderna e não centralizada. A retórica da burocracia estatal está cheia de metáforas populares, baseadas localmente em “sangue”, “parentesco”, “nascimento”, “patrilina”, “terra-mãe” e “destino” que se transformam em uma realidade objetiva a fim de dar uma base cultural e autenticidade ao Estado-nação e justificar suas rígidas taxonomias de poluição e exclusão. Essa transformação, argumenta Herzfeld, não passa de uma “conversão alquímica de escória popular em ouro oficial” (Herzfeld, 1991, p. 66); Além disso, é fundamental para a construção de identidades nacionais fixas, bem como para a “categoria inequívoca do” estrangeiro “. Ele afirma, em suma, que a indiferença é criada socialmente pela burocracia estatal através do uso de representações simbólicas populares. Assim, ele mostra que a fronteira entre burocracia e nacionalismo não é muito forte.

O ponto de partida teórico de Herzfeld é Weber, embora o critica por vincular a burocracia ao desenvolvimento da sociedade racional-legal. Ao contrário de Weber, ele escolhe não se concentrar nos aspectos macroscópicos e históricos da burocracia. Além disso, ao usar o trabalho de Kapferer e Handelman, ele demonstra como as categorizações burocráticas excluem - e, portanto, apenas servem para reforçar - o nacionalismo e o racismo. Na tentativa de explicar os males da burocracia, ele adota de Weber o conceito de “teodiceia secular”. O que Herzfeld significa por este termo é «o idioma de resmungar contra o estado» (Herzfeld, 1991, p. 127), que as pessoas usam para justificar sua humilhação pelos burocratas. Esse idioma parece ser o usado pelos burocratas na produção da indiferença social. Pois, embora a burocracia tenha sido estabelecida para garantir a prestação de contas, na realidade ela cria o oposto: a indiferença. Além disso, os burocratas nunca admitem a culpa deles; Sempre há alguém a culpa, alguém que é responsável, geralmente uma pessoa em uma posição mais elevada, gerando um ciclo vicioso e efeito “ping-pong” onde a culpa é de ninguém ou do Estado.

A Bio-Tanatopolítica do Estado

Para a sociedade e Estado há algumas vidas que valem menos que outras, essas vidas são tratadas como doenças que ameaçam de alguma forma o Estado e elas devem ser extirpadas. Esta lógica é conhecida como Tanatopolítica – termo criado por Agamben que deriva do Biopoder e Biopolítica de Foucault cujo cálculo do poder sobre a vida, quanto a tanatopolítica, calcula o poder sobre a morte. É um fato conhecido que há razões implícitas e explícitas nas mortes de grupos tidos como minoritários como uma forma de controle do Estado, onde o mesmo junto com seus aparelhos Repressivos e Ideológicos deixam claro seu funcionamento e o ordenamento institucionais ao declarar de acordo com as regras, leis e costumes.

Segundo, Foucault, a biopolítica é mais um advento da modernidade que surgiu como um tipo de Poder disciplinar que determina a função social, apesar de ainda puramente repressor. Os resultados dos atos praticados pelo indivíduo, aqui, não mais somente lhe dizem respeito, mas a toda sociedade, como grande interessada no controle das ações individuais.

Tal preocupação social com o controle das ações individuais evoluiu de modo a não se limitar a um sistema repressivo, puramente. Então o autor propõe o surgimento de uma visão securitária e preventiva em relação às ações individuais. Não só os resultados das ações individuais devem ser controlados, mas também os processos de formação que levam a essas ações.

Daí surgem preocupações indicadas pelo pensador expressas em políticas públicas de extrema prevenção. Exemplos desse sistema de prevenção, os cadastramentos biométricos e câmeras, instrumentos de controle antes utilizados em presídios, modernamente se mostram instrumentos de controle e monitoramento de toda sociedade, ou seja, Michel Foucault elabora, então, sua teoria da biopolítica, cujo limiar é o surgimento da modernidade e a constituição do “Estado de População”. Este Estado de População consiste na inclusão da via biológica – vida e saúde, sexualidade, trabalho – nos cálculos e mecanismos de poder do Estado. Antes, a preocupação do Estado era a de manter e administrar o seu espaço territorial (Estado Territorial), sendo que, com a modernidade e a conseqüente constituição do Estado de População, a vida e a saúde dos cidadãos passou a ser a preocupação central do poder do Estado, com o fim de torná-los corpos dóceis, na medida em que nesta mesma modernidade se faz a convergência entre poder político e capitalismo.

Destarte, a vida política e cidadã dos indivíduos seguiu o mesmo processo de esvaziamento do indivíduo e valorização do social. Para Foucault, “resulta daí uma espécie de animalização do homem posta em prática através das mais sofisticadas técnicas políticas. Surgem então na história seja o difundir-se das possibilidades das ciências humanas e sociais, seja a simultânea possibilidade de proteger a vida e de autorizar seu holocausto”

Apesar de soar salutar à primeira vista, o processo acaba por suprimir aspectos subjetivos da vida política e cidadã importantes para que o indivíduo seja enxergado como sujeito político e cidadão – e não objeto político e cidadão, como é causado pela valorização dos aspectos objetivos do exercício da política e da cidadania.

Diferente do proposto por Foucault, o filósofo italiano Agamben, acreditava poder ser a biopolitização observada em toda a história da sociedade humana.

Historicamente, mesmo na antiga república grega, onde o exercício da política se dava de forma significativamente direta, lembrou o filósofo, havia a figura do homo sacer grego. A existência de uma *persona non grata*, cuja vida poderia ser tirada livremente por qualquer cidadão, indicava a presença de um estado de segurança. Tal estado de segurança já mostrava preocupação social com a aplicação de sanções e com a repercussão social dos atos individuais.

Por exemplo, a tradição na “apreensão” de Travestis, Transexuais, assim como outros LGBTQ+ para manicômios por terem comportamentos desviantes comumente visto ao longo da história brasileira indicava claramente que, a despeito do papel social ou status dentro da sociedade, entre outros critérios subjetivos, para a devida sobrevivência da sociedade, deviam ser considerados tão somente “Anormais” – critério objetivo de incapacidade biológica de convivência, assim isolados.

É certo, não se pode comparar tal relação entre social e individual, público e privado, objetivo e subjetivo como o que se tem nos dias atuais. A preocupação do filósofo foi em indicar a existência, negada por Foucault, de tal tensão desde o início da organização da sociedade humana, ademais, a existência, desde o princípio, de um momento, um estado em que havia a suspensão dos direitos do indivíduo no intuito de cumprir uma função social. Esse seria o Estado de Exceção, momento em que o Estado, fundado na proteção da coletividade, suspende os direitos que garante ao indivíduo.

Nos exemplos dados, condicionados por circunstâncias distintas, o homo sacer e os LGBTQ+ são excluídos do rol daqueles que possuem seus direitos garantidos pelo Estado. Eles se encontram sob égide do Estado de Exceção.

Seguindo o raciocínio para o pensamento de Carl Schmitt sobre a soberania, segundo o qual, soberano é aquele quem tem o poder de decidir sobre o estado de exceção, Agamben demonstra o cerne do conceito de biopolítica e a realidade sobre o momento decisivo do soberano: como o soberano é aquele que tem o poder de legislar sobre o caos, bem como de decidir se a vida em sociedade encontra-se padronizada ou não, encontra-se numa posição intermediária em relação ao rol daqueles cujos direitos são garantidos pelo Estado: está dentro e fora, ao mesmo tempo, desse rol, incluso e excluído do ordenamento jurídico.

Significa dizer, numa negação da teoria contratualista, segundo a qual a sociedade civil surge do consenso entre os homens, e numa afirmação da natureza pré-jurídica do viver humano que antes de tal decisão, tomada pelo soberano, existe uma ausência de norma ou ordenamento jurídico, sendo o soberano aquele que irá o poder de criar

o ordenamento jurídico. Por ser soberano, irá também decidir critérios a fim de definir a normalidade ou anomia da vida social, e com isso, de decretar o estado de exceção, que significa nada menos do que a suspensão da vigência da lei que rege o momento de tal decisão. A lei é válida, a lei não vige.

No entanto, é notório que o Estado tem em seu poder a possibilidade e capacidade de, a partir da exclusão e da exceção, criar a inclusão política e normalidade de direito: ao legislar sob égide de norma nenhuma, capta o aspecto mais “nu” da vida, traduzindo-o em existência política. Assim, o indivíduo é incluído na vida política por meio de uma decisão tomada em circunstância exclusiva: ingressa na *pólis* através de sua exclusão do mero existir biológico. A sociedade civil é um conjunto de organizações que servem como mecanismo de articulação de uma sociedade, por oposição às estruturas apoiadas pela força de um Estado que independe de qual seja seu sistema político, e ele, segundo Louis Althusser, é composto por Aparelhos Repressivos e Ideológicos, estes são responsáveis pela manutenção de controle da sociedade perante o Estado, ressaltando que há apenas um único Aparelho Repressivo do Estado em paralelo a diversidade de Aparelhos Ideológicos do Estado.

Enquanto que o Aparelho Repressivo do Estado pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado remete ao domínio Privado. Tais instituições privadas podem ser consideradas Aparelhos Ideológicos, pois a distinção entre o público e privado é intrínseca ao Direito Burguês e o domínio do Estado lhe escapa, estando além do Direito. O Estado (da classe dominante) não é nem público e nem privado, sendo a condição de distinção entre estes dois últimos. Não importa se as instituições que compõem os AIE são públicas ou privadas, o que importa é o seu funcionamento e instituições privadas podem funcionar perfeitamente como Aparelho Ideológico.

Paralelamente, o Aparelho Repressivo do Estado funciona predominantemente através da violência e secundariamente através da ideologia, enquanto que os Aparelhos Ideológicos funcionam predominantemente através da ideologia e secundariamente através da violência, seja ela atenuada, dissimulada ou simbólica. Os Aparelhos Ideológicos moldam por métodos próprios de sanções, exclusões e seleções não apenas seus funcionários, como também as suas ovelhas; Embora diferente, constantemente combinam suas forças. Apesar de sua aparência dispersa, os Aparelhos Ideológicos funcionam todos predominantemente através da ideologia, que é unificada sob a ideologia da classe dominante. Então, além de deter o poder do Estado e, conseqüentemente, dispor do Aparelhos Repressivos, a classe dominante também é ativa nos Aparelhos Ideológicos.

Resumidamente, distingue-se o poder de Estado do Aparelho de Estado, o qual compreende dois corpos: o corpo das instituições que constituem o Aparelho Repressivo do Estado e o corpo das instituições que representam a unidade dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Atualmente, todo Aparelho Ideológico de Estado

concorre – cada um da maneira que lhe é própria – para um mesmo fim, que é a reprodução de comportamentos e controle, sendo Escola, Religião, Mídia entre outros considerados como aparelhos ideológicos, enquanto a polícia, sistema judiciário etc são considerados por sua vez aparelhos repressivos.

Portanto, é coerente a visão e atitudes da sociedade e Estado em relação às Travestis e Transexuais, durante anos uma visão padrão foi estabelecida e o rompimento tornando-se cada vez mais distante, porém, quando a questão é analisada com mais afinco vemos que essa realidade é muito mais antiga e complexa, o exemplo mais famoso é o dos nativos Norte-Americanos, antes da chegada dos europeus, os nativos reconheciam cinco gêneros, com o cristianismo e sua visão binária imposta na conversão deles reconhecendo apenas os gêneros Feminino e Masculino. A visão divergente dos gêneros que era presente, acredita-se em diversos povos, além dos da América do Norte, mostrando como gênero e seus papéis também são construtos sociais, partindo da influência cultural dos povos onde produzem as expressões e como enxerga-se sexualidade e outros aspectos que permeiam dentro do prisma de nossas crenças, as pessoas que possuíam características tanto femininas quanto masculinas eram vistas positivamente porque acreditava-se serem possuidoras de grande poder.

Os cinco gêneros (re)conhecidos entre os norte-americanos eram: Feminino, Masculino, Dois-espíritos Feminino, Dois-espíritos masculino, e o que hoje interpretamos como transgênero, obviamente que as nomenclaturas variam entre as tribos por causa de seus dialetos, mas são referentes a identidades de gênero semelhantes. Segundo o site *Indian Country Today*, Os Navajos referem a dois-espíritos como *Nádleehi* - um que é transformado, entre os Lakota é *Winkté* - indicativo de um homem que tem compulsão em se comportar como mulher-, *Niizh Manidoowag* -dois espírito- em Ojibwe, *Hemaneh* -metade homem, Metade mulher- em Cheyenne, para citar alguns. Como o propósito de “Dois Espíritos” é para ser usado como um termo universal na língua inglesa, nem sempre é traduzível com o mesmo significado em línguas nativas. Por exemplo, na língua Cherokee Iroquois, não há maneira de traduzir o termo, mas os Cherokee têm termos de variação de gênero para “mulheres que se sentem como homens” e vice-versa.

Algumas pessoas, segundo a crença dos indígenas, nasciam com um espírito feminino e outro masculino que se manifestavam mutuamente em um mesmo corpo, era inexistente questões morais associadas tanto aos gêneros quanto à sexualidade, elas eram julgadas de acordo com o caráter e com suas contribuições a tribo; A título de curiosidade, desde 1989, nativo-americanos que militavam pela diversidade sexual e de gêneros resgataram o termo “dois-espíritos” -em inglês, *two-spirit*- para reafirmar sua transgeneridade. Assim, “dois-espíritos” passou a ser uma expressão universal para identificar nativos e seus descendentes, que se considerassem transgênero, entre as tribos norte-americanas. Além de ser uma forma de se afastarem da cultura ocidental e sua sigla LGBT+ que se definem a partir de suas sexualidades e não pelos seus espíritos como uma forma de se reconectarem com suas raízes.

Quando chegaram ao território norte-americano, exploradores que testemunharam a presença desses indivíduos que não se encaixavam no padrão binário do masculino e feminino consideraram aquilo um pecado, uma espécie de maldição que recaiu sobre aquelas comunidades por não se dedicarem ao cristianismo.

A extinção das crenças nativas também aconteceu por todo o continente americano. Colonizadores espanhóis também se empenharam em destruir códices (manuscritos gravados em madeira) aztecas que mencionavam dois-espíritos e seus poderes mágicos. No Brasil, portugueses igualmente se esforçaram para erradicar as identidades de gêneros e comportamentos sexuais que hoje seriam considerados como transgeneridade e homossexualidade, a marca deixada presente atualmente em algumas tribos indígenas que enxergam com maus olhos a homossexualidade e transgeneridade, obrigando indígenas abandonarem suas tribos ou se adequarem ao sistema binário, além da falta de estudo torna-se difícil concluir se esse costume era existente antes da chegada dos portugueses.

Travestilidade e Transexualidade

Travestis são pessoas que sustentam em sua identidade de gênero como o referencial os espectros ligados tanto à masculinidade quanto à feminilidade. A característica que se destaca da travesti é a reivindicação da androginia, e não apenas o reconhecimento social do gênero feminino, distinto daquele atribuído no nascimento, logo o correto é se referir no feminino. Elas se vestem e assumem cotidianamente comportamentos ditos femininos e buscam - às vezes- modificar seus corpos utilizando hormônio, aplicações de silicone e outras cirurgias plásticas, mas sem sentir qualquer desconforto com seu sexo de nascimento.

A orientação sexual não está ligada com sua identidade de gênero podendo ter qualquer uma, ou seja, relacionar-se sexual, romanticamente etc, com qualquer pessoa independente do seu gênero, ao mesmo tempo, sem qualquer impedimento.

Atualmente no Brasil refere-se principalmente à uma pessoa que apresenta sua identidade social oposta ao sexo designado ao nascer, mas que não almeja de forma alguma, se submeter à Cirurgia de Transgenitalização ou Redesignação de Sexo - CRS.

A Travestilidade é uma condição identitária feminina e não uma orientação sexual como é erroneamente tratada e atrelada a homossexualidade. As razões da Travestilidade ainda não estão bem claras e isso tem sido alvo de diversas especulações de cunho científico, mas nenhuma teoria da área da psicologia e psiquiatria foi considerada consistente. Teorias que assumem uma diferenciação no cérebro das Travestis são ainda recentes e difíceis de serem comprovadas, porque no momento requerem uma análise complexa das estruturas cerebrais inatas, além do preconceito e o estigma ainda bastante presentes nessas áreas tendo ainda profissionais que acreditam se tratar de transtornos mentais ou que desconhecem do assunto.

Em geral, as travestis por não negarem e aceitarem sua genitália como um mero detalhe que não as torna menos mulheres por isso, tornando-se praticamente inexistente o constrangimento de falar, tocar, ver ou serem tocadas em sua genitália sendo algo que participe na sua forma de obter prazer sexual.

É importante ressaltar que a Travestilidade é um termo que está ainda em construção pelas próprias Travestis que gradativamente estão conquistando espaço para serem ouvidas e serem donas de sua própria identidade. Elas rompem com as cisnormatividade e não desejam estar dentro da binaridade de gênero, para elas isso não é importante. O importante é assumir a sua Travestilidade dentro do contexto social e profissional; isso porque a travesti não é masculino, nem feminino é apenas Travesti.

Em contrapartida as pessoas Transgêneros cuja identidade de gênero é oposta ao sexo biológico, a pessoa é psicologicamente de um gênero e anatomicamente de outro e são conhecidos como Trans Binários por se identificar como Homem ou Mulher. Já as pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascer, se identificando de maneira não binária, ou seja, não completamente homem ou mulher são conhecidos como Trans Não-Binários, vale ressaltar que a não-binaridade assim como a binaridade e a travestilidade além da dificuldade de Teorias consistentes e resistência de diversas áreas está também em construção pelas próprias pessoas não-binárias que além de reivindicar espaço e reconhecimento, estão buscando formas de neutralizar a binaridade e o machismo existente, no caso do Brasil, da Língua Portuguesa.

A transexualidade também pode, eventualmente, contribuir para que a pessoa busque alterar seu corpo cirurgicamente para que possam ter correspondência estética e funcional à vivência psicoemocional da sua identidade de gênero. Transexualidade, portanto, é diferente de homossexualidade, pois a identidade de gênero de homens e mulheres cis homossexuais correspondem ao seu sexo biológico.

História

É desconhecida a aparição desse grupo no Brasil, mas desde o começo são alvos de um intenso preconceito. A dificuldade de encontrar registros de sua trajetória é reflexo disso, as informações além de escassas são normalmente desencontradas e repletas de apagamento. No entanto, em 2015 o Ministério da Saúde publicou um material confeccionado por Travestis e Transexuais com o mesmo objetivo deste trabalho. Segundo Keila Simpson, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA. Acredita-se que tenha sido originado nos cenários artísticos, teatrais entre os anos 60 e 70, porém só há registros a partir da década de 70, com a migração de Travestis e Mulheres Transexuais para Paris.

Em 1980, ocorreu a visibilidade dos trabalhos desenvolvidos pelas trans brasileiras nas noites parisienses, especialmente no *Bouis de Bologne*⁵. Acredita-se

que elas viajaram à procura de melhores condições, além de fama e fortuna, o que muitas conseguiram, de acordo com o depoimento de Camille Cabral, uma mulher trans brasileira, feito à Keila Simpson. Doravante, foi em Paris durante o mesmo período que as travestis brasileiras tiveram o seu primeiro contato com duas substâncias: O silicone líquido industrial e hormônios que são até hoje umas das razões para morte precoce e problemas de saúde.

No Brasil, iniciou-se a utilização dessas substâncias, principalmente o silicone industrial, um produto totalmente desaconselhável para uso humano, em busca de um método encontrado pelas travestis que permitisse a construção de formas femininas mais rapidamente que os hormônios, para se parecerem com as transexuais dos anos 70 e 80 de Paris.

Durante a ditadura militar, o silenciamento e apagamento da narrativa torna-se mais atroz, pois além dos militares tratar com requinte de crueldade esse grupo, a Esquerda, na época, não ficava muito atrás. Isso porque a imagem do Homossexual e de outras orientações sexuais e também de Travestis e Transexuais que costumavam ser vistas como incompatíveis com a “Revolução”, por colocarem em xeque a virilidade, cisgeneridade da imagem que tinham do Revolucionário ideal, mostrando que intolerância e preconceito não eram de exclusividade da Direita que iniciou o processo de *higienização* ou seja uma caça às bruxas a comunidade LGBTQ+ tendo como legitimidade moral e bons costumes, além da ideologia binarista cristã e a concepção da família tradicional, segundo o capítulo destinado à violência contra a população LGBTQ+ no relatório da Comissão Nacional da Verdade - CNV, ao “recolher” essas pessoas, principalmente as travestis era analisado o nível de periculosidade para perverter e incentivar a juventude ao propagar tais práticas inaceitáveis e “abomináveis”. Sendo assim, ironicamente, estabelecida uma associação entre tais “desvios” com a ideologia comunista. Concluindo que como uma forma eficiente de combater a perversão perpetrada por “Comunistas” seria a prisão imediata.

Todavia, é notória a incompreensão acerca a população LGBTQ+ durante o período da Ditadura Civil-Militar, toda e qualquer identidade era reduzida à *Homossexualismo*⁶, ademais, em uma entrevista⁷ com a Travesti e negra Weluma Brum, diz que havia formas de evitar prisões uma delas era se cortar com lâmina de barbear, porque os policiais tinham medo de “pegar” doenças.

Outro aspecto importante que vai de encontro com a curiosa ausência de Homens Trans nessa narrativa é a escassez de espaços seguros para se discutir tais questões e por conseguinte o impedimento de construir uma identidade, logo havia desconhecimento de muitas travestis e transexuais de sua real natureza, trazendo um sentimento de isolamento e insegurança para explorar sua existência. Diferente do

5 Um famoso parque parisiense que era conhecido à noite como um ponto de prostituição e até hoje é relatada grande concentração de travestis brasileiras trabalhando como prostitutas.

6 Termo utilizado neste artigo para marcar a visão “patológica” do comportamento sexual.

7 Encontrada no Youtube: Weluma Brown, a Travesti Chacrete do Brasil.

que se acredita, havia espaços “clandestinos” para homossexuais, no entanto, eram invadidos o tempo todo pela polícia sendo arriscado demais para serem frequentados, principalmente se houver cruzamento de estigmas, ser pobre, negro etc.

Esse cenário foi possível graças a uma intensa censura contra mídia e qualquer meio que dava o mínimo de visibilidade como o Jornal “O Lampião da esquina”⁸, foi um jornal bastante politizado que além de dar visibilidade à causa homossexual, deu espaço para outros grupos minoritários que estavam também buscando ter suas vozes ouvidas: Negros, Índios e Mulheres, porém que não conseguiu gerar muito impacto por ser um jornal “nanico” e a configuração política da época.⁹

Mas o que Homens Trans tem a ver com isso? É notória a discrepância na quantidade de obras e estudos que falam sobre Homens Trans, acredita-se que durante a Ditadura Militar não houvesse Homens Trans, quando na verdade existia, mas a dificuldade, como já citado neste artigo, de discutir ou espaço para explorar sua identidade fazia que muitos padecem da mesma visão errônea que as mulheres trans sofrem, que o homem trans na verdade é uma mulher lésbica masculinizada que tenta ser homem¹⁰.

A dificuldade de discutir a identidade transmasculina pode ser vista em diversas perspectivas, que serão discutidas com mais detalhes em outros tópicos. Estas também explicitam o quão recente é a identidade, tendo como principal referência e considerado o primeiro Homem Trans a passar por processo cirúrgico no Brasil, João Nery, que em suas obras e entrevistas deixa explícito que em sua juventude que coincidiu com o período da Ditadura, o seu mal estar em não se sentir compatível com sexo que foi designado ao nascer e a dificuldade da autocompreensão, transformando-a em motivação para viver¹¹ e descobrir o que era isso que ele sentia e se era o único a sentir.

Nesse ínterim, a medicina -como era esperado do conservadorismo em diversos pilares da sociedade- classificou como patologias e permanece assim até hoje pela Organização Mundial de Saúde - OMS. O que causou internações indevidas em manicômios de Barbacena e do Juquery que foram utilizadas na tentativa explícita de higienização e controle - semelhante à idéia na obra machadiana o Alienista¹².

8 Jornal destinado para o público homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pela Ditadura Militar.

9 Ver FERREIRA (2010)

10 No popular, “Caminhoneira” que o próprio movimento Lésbico re-apropriou do termo que tinha uma conotação pejorativa ao se referir as lésbicas dando a ele um novo significado tanto linguístico quanto político como uma forma de “empoderamento”.

11 Em estudos recentes, mostra-se o quão comum é o suicídio de pessoas que são identificadas como LGBT+. Principalmente entre transexuais na adolescência pela puberdade ser considerado um dos períodos mais agressivos onde há o conflito entre o sentir e o que é visto no espelho, pela sociedade.

12 Ver CUNHA, Maria Clementina Pereira (1986)

Ativismo

A luta pelo reconhecimento de sua identidade perante a sociedade e Estado começam a ganhar visibilidade durante o período onde as democracias políticas estão devidamente consolidadas na maior parte do ocidente. Portanto, a maior parte do repertório de contenção e políticas de confronto do ativismo ocorrem no âmbito institucional e manifestações políticas e artísticas.

No Brasil, se deu início durante o período da abertura política na Ditadura Militar, quando iniciou a Operação Tarântula, a mesma começou nos anos 70 organizada pela polícia civil enquanto efetuava rondas em forma de blitz aproveitava para apreender LGBTQ+, principalmente Travestis e pessoas negras sob a justificativa de estarem ferindo a lei, ao estarem “vadiando”. Essa operação era fortemente apoiada pela sociedade como uma forma de “limpar as ruas”, ou seja, um viés totalmente higienizador. A operação em si não durou por muito tempo, porém Travestis e LGBTQ+ passaram a ser assassinados misteriosamente à tiros, policiais eram os principais suspeitos, no entanto não era descartada a existência de grupos de extermínio anti-LGBTQ+, além de ter o apoio da população, ocorriam abertamente declarações destes grupos, são provas da hostil realidade enfrentada por minorias sexuais - e de gênero - que eram caçadas à luz do dia, doravante, com o surgimento do jornal *Lampião da Esquina*, sendo uma das primeiras formas conhecidas de ativismo do meio LGBTQ+ brasileiro, a fazer denúncia de abuso de poder por meio do Estado.

Através das manifestações e anos depois com advento da internet e do ativismo virtual, criam e consolidam redes e estruturas mobilizantes para construções de significado referentes a agenda política do movimento.

Esse ativismo possui características inerentes aos movimentos dos anos 2000: redes sociais construídas através da mobilização no mundo virtual: manifestações pacíficas; agenda de demandas devidamente institucionalizadas etc, que por sua vez, não pode ser entendida fora de contexto. Nancy Fraser, em análise dos movimentos sociais pós-socialismo, afirma que existe uma tendência na ação coletiva de luta pelo reconhecimento. Esse novo paradigma se daria a partir de uma multiplicação dos sujeitos da ação coletiva que trazem demandas que vão além das questões materiais presentes nas lutas por redistribuição do paradigma socialista.

Essas novas demandas por visibilidade são também tratadas por Iris Young. A autora destaca a existência de grupos minoritários que são marginalizados socialmente e politicamente. Essas minorias seriam um posicionamento estrutural desprivilegiado que daria origem a uma identidade compartilhada e, por conseguinte, um olhar comum para as questões presentes no mundo.

“O significado da representação de grupos e oferecer argumentos adicionais à ideia de que tais práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento de inclusão política. As dúvidas sobre essas práticas em parte se

devem a mal-entendidos sobre a natureza da representação em seu sentido mais geral.” (Young,2006, p.139)

A importância da visibilidade que a militância Trans tem trabalhado bastante para obter, mostra-se eficiente uma vez que a mesma já começou a incomodar diversos segmentos que vão contra a sua existência seja por ignorância -no bom sentido- ou ódio gratuito e consciente. A luta pelo reconhecimento político e social demanda muito esforço e resiliência das travestis e das pessoas trans, principalmente para se manterem unidos com as diversas divergências e pautas cruzadas que na ausência de uma sensibilidade as individualidades identitárias de cada membro deste grupo, pode acabar por sua vez sufocando e formando vários micro-grupos para tentar representar pautas específicas de diversas nuances de suas identidades como exemplo tradicional algumas vertentes Feministas mais comuns no Brasil: Radical, Liberal, Marxista, Negro, Interseccional e Trans.

No caso das pessoas Transgêneros, o grupo se divide em dois, os binários e não-binários, apesar dos problemas terem a mesma raiz como das Travestis, eles divergem quanto a aceitação de outros segmentos que outrora eram considerados de alguma forma aliados. Basicamente, suas pautas são reconhecimento político e social aos direitos básicos presentes na constituição, ao uso e respeito do nome social, a despatologização da transexualidade/Transgeneridade e pelo fim dos estereótipos de gênero e o mesmo ser ligado diretamente à genitália.

Recentemente como reflexo dessa visibilidade foi realizado por cientistas mexicanos o primeiro estudo de campo que demonstra que a transexualidade não é uma doença, com o objetivo de retirá-la da classificação de transtornos mentais da Organização Mundial da Saúde - OMS. Em 2018, essa pesquisa, junto com as outras que estão sendo feitas no Brasil, França, Índia, Líbano e África do Sul, serão apresentadas na discussão da 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) que serve como referência médica para os países-membros. Apesar da notícia ser animadora, ela mostra o quão complexa a relação das instituições com as minorias que à conta gotas consegue ter suas pautas ouvidas, entre outras razões a resistência da sociedade civil de absorver essas pessoas e reconhecê-las como pessoas.

Conservadorismo e Construção do Eu

A Travestilidade e Transexualidade nunca foram doenças. A Transfobia é fruto da violência e preconceito à diversidade, uma vez que se assume algo como doença, também admite-se que há uma cura. E essa idéia está enraizada na sociedade civil que é influenciada num ciclo que se retro alimenta com auxílio de políticas criminais que reforçam preconceitos muito bem estruturados secularmente contra diversos grupos de existência e bastante específicos.

Esse preconceito foi espalhado fortemente, principalmente, pelas hierarquias

eclesiásticas. A igreja demoniza absolutamente, isso porque acredita-se que ao ouvirem as travestis, vão terminar se tornando travestis. Relacionam-as a uma idéia de contágio.¹³ Acredita-se que a travestilidade e transexualidade se inicia muitas vezes na infância, no ponto de vista lacaniano, é quando a criança se questiona sobre a imagem que ela vê no espelho e ao buscar no adulto referencial de que aquela é sua própria imagem.

Essa imagem, do corpo, a constituição do Eu na criança, depende, não apenas, de um desenvolvimento maturacional, mas exige a implicação do Outro. Assim por questões de pré maturação a criança faz confusão entre Si e o Outro. Passa por uma experiência inicial de um corpo fragmentado, para alcançar a formação do corpo unificado. Esta experiência se dá por meio do espelho.

A criança liberta-se da angústia das fantasias do corpo despedaçado. Nisto está compreendida como processo simbólico na qual a criança faz a primeira estruturação do Eu, da sua imagem. A imagem corporal tem papel fundamental na constituição do sujeito. Conforme visto em Lacan, a imagem refletida no espelho possibilita a criança estabelecer a relação do seu Eu com a realidade.

Então a criança, percebe que não é *aquilo* que ela percebe ao olhar no espelho e que a sociedade afirma ser, causando desconforto, conflito com a imagem que ela tem de si, entrando em um ciclo caótico com os outros registros na formação de sua identidade, por sua vez a faz procurar e usar símbolos que se aproximam de sua verdadeira imagem sendo o primeiro choque na família que tenta de diversas formas seja por medo da criança sofrer ou por julgar errado por causa de crenças de cunho religioso e psicofóbico, impedir que a criança expresse sua verdadeira natureza.

No entanto, vale ressaltar que transexualidade, travestilidade, como qualquer identidade de gênero e sexualidade não são patologias. No entanto, o fundamento das pessoas temerem e possuir aversão por acreditarem que seja uma doença, uma vez que elas se encontram no CID, porém cada vez mais acredita-se nisso e se reforça menos esse tipo de discurso. Apenas pessoas conservadoras, preconceituosas e/ou de segmentos extremistas da sociedade que mantem este tipo de discurso contra LGBT+.

O segundo choque, quando em muitos casos ela é expulsa de casa e para sobreviver começa a se prostituir e aqui começamos a atacar a hipocrisia da sociedade. A mesma, composta por pessoas supostamente de índole idônea, se encontram travestis e Trans se prostituindo para sobreviver, tratam como se fossem pragas urbanas que deve ser exterminados e se clamam por direitos, além de ser visto como absurdo. Há novamente a distorção do discurso como se fosse os comunistas por trás disso, querendo perverter a sociedade.

No entanto, encarando os fatos de maneira simples, se estão se prostituindo para sobreviver, é porque há pessoas que usufruem deste “mercado”, desmascarando

13 Ver BERKINS (2000)

mais uma vez a hipocrisia da sociedade, principalmente dos homens, de noite está tudo bem enquanto não há, teoricamente, nada vigiando para saciar seus desejos mais obscuros¹⁴, porém de dia, a mesma sociedade clama por punições para aquelas pessoas que se prostituem, mas não para quem consome ou pior, para quem ajuda a manter esse quadro, ser Travesti ou Transgênero não é pejorativo ou marginal, pois, muitas vezes são empurrados à praticar prostituição, por imposição social, por falta de oportunidades profissionais no mercado de trabalho formal, devido ao preconceito social - Travestifobia e Transfobia- aos estigmas vivenciados por eles, pelo enfoque errôneo da mídia e pela maior visibilidade dada à prostituição de rua e como transmissores de Doenças Sexuais.

O terceiro choque se encontra nas instituições, diferente do que se acredita quanto à realidade conservadora dos diversos aparelhos do Estado, há cartilhas que explicam a abordagem correta de pessoas inseridas em grupos minoritários, logo, suscetíveis a serem vítimas mais vezes de crimes, porém ainda há uma falha ou desinteresse pelas Instituições de ensino - superior- de lidar com a diversidade, apesar de haver diversas tentativas de levar a discussão para as escolas e impedir que crianças LGBT+ evadam da mesma, há uma forte resistência e controle dos responsáveis pelo tipo de conteúdo que suas crianças devam ter acesso na escola, tendo apoio de figuras políticas e religiosas influentes.

Contudo, ao observar a formação de médicos, enfermeiros, professores faltam matérias, discussões e outros espaços para que o assunto seja trabalhado, muitos profissionais chegam ao mercado de trabalho despreparados para lidar com esse grupo, causando todo tipo de desconforto com perguntas que não são pertinentes ou preconceitos que deveriam ter sido quebrados, uma vez que são falácias alimentadas pelo preconceito. E quando há pessoas sensíveis trabalhando essas questões, são outras pessoas que estão inseridas neste grupo, tornando acessibilidade à saúde, por exemplo uma roleta russa.

No caso da polícia, há cartilhas preparadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP. Esporadicamente há cursos que preparam alguns policiais quanto a abordagem de pessoas inseridas em grupos minoritários sensíveis -mulheres, negros- e especificamente para LGBT+, como não são todos os policiais que passam por esse treinamento mostra-se a ineficiência crônica de diversos segmentos que são como interface do Estado, criando a sensação de não-reconhecimento. Afinal, "certas vidas não se qualificam como vidas, ou, desde o princípio não são concebidas como vida, dentro de certos marcos epistemológicos, então, tais vidas, nunca se considerarão vividas, ou perdidas no sentido pleno de ambas as palavras" (BUTLER, ____).

Por outro lado, um aspecto que nos leva à outro ponto que precisa ganhar

¹⁴ Além da fetichização dos corpos reproduzida principalmente pela pornografia em que os corpos estão ali para satisfazer sexualmente, negando-lhe sua humanidade.

visibilidade e vir a ser discutido com certa urgência é sobre abordagem dirigida à Travestis, Mulheres e Homens Trans. Informações presentes na Cartilha dirigida à abordagem policial explica passo-à-passo como esse grupo deve ser abordado, assim como outras minorias. O procedimento, basicamente é respeitar o nome social e identidade, expressão de gênero da pessoa e sua dignidade como previsto pela Constituição Brasileira.

Todavia, o que é de saltar os olhos é o fato de informações inexistentes sobre o destino das Travestis e Mulheres Trans, a abordagem policial é feita por mulheres cis, salvo se não colocar em risco a integridade das policiais, como argumentado na cartilha pela diferença de força e outras questões biológicas, pensamento que reforça a lógica defendida no senso comum que não soma em nada à lutar pela inclusão e reconhecimento social.

Já no caso de Homens trans, eles também são abordados por mulheres policiais cis, porém caso presos seriam colocados em prisões femininas, dentro da lógica da cartilha os homens trans por terem sido designados mulheres ao nascer, independente da sua identidade de gênero, devem ser presos junto as mulheres, porque há uma lei que garanta os direitos de *mulheres*, utilizando também uma lógica presente no senso comum que ao ser ratificado também atrapalha a inclusão de homens trans na sociedade, assim como o caso das mulheres trans e travestis ao serem vistos como um caso extremo de homossexualidade ocorrendo mais uma vez confusão entre gênero e sexualidade.

As motivações por mais controversas mostra as complexidades das questões que precisam ser debatidas, é sabido que mulheres trans e travestis são colocadas nas cadeias masculinas por causa de seu gênero designado ao nascerem, o fato da cartilha não deixar explícito onde elas seriam levadas, sendo vítimas de estupros e outras situações violentas dentro das prisões por outros presidiários, homens cis, que nos motiva a questionar como as pessoas transvestigeneres se encaixam na sociedade na perspectiva jurídica, uma vez que é ingenuidade pensar que elas não são passíveis de cometerem crimes como qualquer outra pessoa, seja ela cis ou trans.

Corporalidade e Feminismo

Antes de discutir a corporalidade deve-se destacar o conceito de gênero e da construção do mesmo dentro -ou fora- de sua anatomia. Além da concepção da figura do ciborgue, construído por Haraway, ela afirma “O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política”. Por ventura, o termo ciborgue cause estranhamento, pela razão de primeiramente pensarmos na figura bastante comum em obras de ficção científica e depois um possível desconforto pela incompreensão da colocação dessa figura que coexiste em dois universos, um ser híbrido - organismo vivo e mecânico-chamando atenção para alguns pontos presentes apresentados pela autora, a

ilusão que norteia a realidade social e corporal sendo por conseguinte um recurso imaginativo que pode desencadear uma prática política através de múltiplas junções.

O ciborgue incorpora o cisalhamento de fronteiras bastante significativas e rígidas, até então, para a ontologia e à epistemologia ocidentais ao expor a conexão entre relações duais harmônicas - ou não. No entanto, conhecidas e debatidas há muito tempo em diversos segmentos: Primitivo e Civilizado, Humano e Inumano, Natural e Cultural, Masculino e Feminino, Corpo e Alma, Razão e Emoção, Sagrado e Profano etc.

Portanto, é possível pegar este conceito para “se imaginar um mundo sem gênero” quando se percebe que a biologia conhecida primariamente como uma ciência de investigação, mostra também uma outra faceta que é integrante da política, religião e da cultura, sendo utilizada como argumento para controle social de grupos tradicionalmente oprimidos, esmagados pelas engrenagens que circundam e garantem a legitimidade das ações em nome do Estado.

O cerne da questão quando se discute Gênero vai além da representação óbvia da biologia ligadas aos órgãos sexuais, mas também, da construção do gênero como invenção social e política. (PRADO, 2016). Sendo gênero um construto gerado pelas diferenças percebidas dentro do sistema binário a partir dos genitais. (PRADO, 2016) Cabe lembrar que há o aspecto psicológico atrelado à expressão do gênero e de como o indivíduo compreende e é compreendido pela sociedade, e essa projeção e sua percepção torna-se -muitas vezes- conflitante entre o Eu e o Outro.

Doravante, essas diferenças nos levam a compreender como as relações de poder são geradas, primeiro em um campo simbólico, seguido por regras criadas a partir dos símbolos, preceitos religiosos, educacionais, científico medicinais, Eco-sociopolítico-judiciais que se metamorfoseiam em categorias fixas e aparentemente imutáveis de representações do que é pertencente ao “mundo” masculino e feminino.

O incômodo que as Travestis causam é por elas fugirem dessa visão binária, por desejarem manter peças, mecanismos lidos como pertencentes aos homens mas por reivindicarem o respeito a sua natureza feminina, sendo apenas mais uma forma de ser mulher apesar de muitas por não se conformarem de como é essa “feminilidade” em vigor e insistindo em existir se declaram como um “terceiro sexo” e constroem seus corpos ao seu bel-prazer, o mesmo ocorre com as pessoas Trans, seja por querer estar inserida nessa lógica binária ao construir seus corpos de acordo com o gênero pelo qual lutam para vivenciar, a sociedade com seu conservadorismo questiona a todo tempo na tentativa de colocar rédeas e manter a ordem daquilo que foge a sua compreensão como dona da verdade e resguardada por símbolos e regras causando um alheamento do próprio corpo.

O mesmo ocorre com mulheres cis, sendo vista apenas como um objeto para prazer masculino, máquina de reprodução e nada além. Sendo a motivação e com razão da criação do movimento feminista para se discutir as relações de poder existentes nas diferenças entre sexos, desde as mais sutis até as mais

complexas presentes até mesmo na linguagem, na forma que a mesma é construída e reproduzida, sendo também uma forma de opressão.

O machismo, a misoginia e outros discursos que tentam deslegitimar as pautas feministas mostram o quanto as questões de gênero e sexualidade vão além da relação socio-política por durante anos ter sido construído toda uma cultura e conceitos equivocados em relação ao “outro sexo”, também tratado como o “Belo Sexo”, mas há um revés curioso quando há uma reprodução deste mesmo discurso contra Travestis, Transexuais e Transgêneros que apenas facilita o trabalho do controle da corporalidade que as feministas cis tanto se opõem fazendo a mesma separação que os homens cis fizeram ao criarem a idéia do “Outro sexo”, quando elas classificam biologicamente o que é ser mulher e acusando Transexuais, principalmente mulheres, de reforçarem estereótipo de gênero, quando por falta de empatia, miopia moral ou desonestidade intelectual não reconhecem o caminho que aquela pessoa está desenvolvendo por estar inserida dentro de uma realidade que a nega a possibilidade de exploração e auto conhecimento, quando essa chance existe, ainda sofre a necessidade de provar que é “Homem/Mulher/Pessoa de verdade” o tempo todo tendo sua identidade e privacidade violada, uma corporalidade tida como divergente torna-se automaticamente pública e descartável.

Berkins (2000) ao dizer que é necessário romper com o conceito atual do gênero, ao destacar a existência de homens cis que empenham papéis tidos como femininos como cuidar da casa, mulheres cis em posições revolucionárias que empunham fuzis e nem por isso são menos o que dizem ser, chamando atenção para a relação do afeto e do corpo.

“Outra questão é a do afeto e do corpo. Porque é que podemos falar, e se, neste ponto eu digo “peguemos as armas” todo mundo presta atenção, mas se dissesse “vamos tirar a roupa, vamos nos tocar” começa um pânico absoluto? Por que eu deveria sentir vergonha do meu corpo, se o mais valioso que temos é o corpo? É o corpo para a vida, o corpo para a luta, o corpo para tudo. É o bem mais absoluto que temos. (BERKINS, 2000)”

Ao retornarmos o conceito de Ciborgue nessa relação apresentada por Haraway, pode-se dizer que “um mundo sem gênero, talvez um mundo sem gênese, mas que pode ser também um mundo sem fim.” Não é impossível, porque é no gênero e no sexo, como fatores para definir uma pessoa. E a tecnologia já incide na existência antes mesmo do nascimento sendo utilizada pela medicina, pelos aparelhos utilizados pelos médicos para identificar e determinar o sexo - fatalmente o gênero- e toda uma expectativa e história é criada quando é declarado que aquele novo ser é de um determinado sexo, ademais, já estamos controlados e introduzidos à normas cis-heterossexuais - considerado como normal e natural - quando desconstruídas esses mesmos instrumentos de re-adestramento de corpos podem -devem- ser utilizados para subverter e criar uma nova forma de entender a identidade, evitando de cair

em conceitos considerados como naturais para não reafirmar a lógica patriarcal que considera todas pessoas cuja identidade de gênero e sexualidade conflitante ao seu sexo designado ao nascer anomalias que tem que ser curadas ou manipuladas pela mesma ferramenta para encaixá-la na sociedade.

Portanto, o conceito ciborgue está inserido e de acordo com a diversidade existencial e suas complexidades galgadas por simbolismo, preceitos que podem ser modificados por tecnologias ou outros artifícios existentes na sociedade, vale ressaltar que diferente do que é defendido por algumas vertentes Feministas “não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação - ser ‘mulher’”, porque esse conceito já seria problemático o suficiente por excluir -ignorar- outras realidades como de mulheres negras, pessoas transvestigeneres ou de classes menos abastadas, e foi justamente o que causou a pulverização do movimento Feminista, criando o fenômeno comum em outros movimentos identitários que seguiram o exemplo do Feminismo que se dividiu em diversas vertentes e uma luta enfraquecida por estar isolada em suas bolhas que travam verdadeiras batalhas na internet e meios majoritariamente acadêmicos contra o reconhecimento de algumas minorias.

Movimento LGBT+

O Movimento LGBT+ nos últimos anos conquistou espaço ao eleger políticos abertamente apoiadores ou figuras representativas diretas da causa. No entanto, principalmente pela internet, onde é permitido com mais facilidade encontrar outras pessoas com vivências semelhantes. Assim criando uma identidade cuja acreditava-se, ser *Una*. Também serve como ferramenta para mapeamento extra oficiais como o Censo Ace e Censo Não-binário, respectivamente foram criados para mapear a população assexual e trans não-binária brasileira e seu perfil destacando características em comum, religiosidade, preconceito, faixa etária, escolaridade, etnia, classe social e se possui alguma neuro físico divergência.

Durante anos focou-se apenas na visibilidade de algumas sexualidades e identidades negligenciando demandas tão relevantes ou porventura mais urgentes. As razões para isso ter ocorrido são diversas, ademais, o preconceito dentro do próprio nicho, a primeira vista soa paradoxal, todavia que justificam a ineficiência e dispersão de emplacar medidas que atingissem as letra-identidades que compõem a sigla.

Deve-se destacar que algumas são mais recentes e vistas como invenções “pós-modernas”¹⁵ que denigrem a imagem do movimento que lutou por muitos anos para obter o mínimo de respeito da hegemonia conservadora. Por outro lado, quem alimenta esse discurso não consegue enxergar que além de fomentar grupos opositores, utilizam o mesmo discurso que esses grupos usam para deslegitimar o movimento e suas existências.

A dificuldade da auto crítica no movimento torna-o cada vez mais tóxico e fraco.

Isso porque quem levantaria bandeira por uma causa se a mesma não reconhece as outras identidades? Não há esforço ou há total desconhecimento da existência das outras letras-identidades causando estranhamento que a sigla se limite à quatro letras, quando atualmente se tem conhecimento de dez; Recentemente, a Assexualidade¹⁶ é uma das orientações sexuais que começou a galgar um espaço pela visibilidade, concomitantemente ao conquistar alguma sofreu resistência tanto da sociedade heteronormativa quanto da LGBT+, mostrando o óbvio, não é porque o indivíduo seja integrante de um grupo minoritário que ele esteja isento de possuir preconceitos ou reproduzir o discurso da hegemonia opressora.

Não seria tão problemático se essa postura fosse individual e não coletiva, uma vez que é impossível garantir que todos estejam alinhados com o discurso de respeito à diversidade romântica, sexual, étnica e de gênero de seus integrantes. O cerne da questão é o silêncio das lideranças LGBT+ sobre a existência de outras letras, divergências e ausência de pautas, políticas públicas não-paliativas que deveriam ser discutidos de forma honesta em palestras, seminários, mesas redondas etc, tornando pública a complexidade da questão.

Além de causar a fragmentação dos grupos e dispersão de demandas criando um ambiente de competição de qual pauta, letra é mais importante ou está mais organizada e/ou possui mais voz para ser ouvida.

A lista de problemas acerca o movimento é demasiadamente extensa, não podendo deixar de citar o racismo velado ou explícito, principalmente entre os Gays que sem pudor destilam seus preconceitos camuflados de preferências pessoais e estéticas preterindo negros, asiáticos etc. O pouco conhecimento da narrativa Lésbica em comparação aos Gays; A dificuldade de compreensão de sexualidades não-monossexuais como Bi¹⁷, Poli¹⁸e Pan¹⁹. E as diversas identidades de gênero tanto binárias, quanto não binárias e condições genéticas não-normativas como o caso dos Intersexos.²⁰

Intersexo é um termo geral usado para uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual, que não parecem se encaixar as definições típicas de feminino ou masculino. Por exemplo, uma pessoa pode nascer parecendo ser do sexo feminino externamente, mas tendo a maioria de sua anatomia interna tipicamente masculina. Também podem ocorrer nascimentos onde a criança pode nascer com genitais que parecem estar entre as formas típicas

15 Utilização de aspas para marcar o tom pejorativo e aversão existente por aqueles que são lidos como pós-modernos principalmente por pessoas ligadas ao materialismo histórico.

16 Assexualidade é um termo guarda-chuva para pessoas que não sentem atração sexual seja totalmente, parcialmente ou momentânea, acompanhada ou não de atração romântica.

17 Bissexuais são pessoas que sentem atração sexual por dois gêneros, sejam masculinos, femininos e/ou não binários.

18 Polisssexuais são pessoas que sentem atração sexual por mais de dois ou mais gêneros, mas não todos.

19 Panssexuais são pessoas que sentem atração sexual por todos os gêneros.

masculinas e femininas: uma pessoa designada mulher ao nascer pode nascer com um clitóris visivelmente grande, considerando esses padrões típicos, ou falta uma abertura vaginal, ou uma pessoa designada homem ao nascer pode nascer com um o saco escrotal não totalmente fundido de modo que se parece mais como lábios

Existe também a possibilidade de uma criança nascer com mosaïcismo genético, de modo que algumas das suas células possuem cromossomos XX -informações genéticas femininas- e alguns deles têm XY -informações genéticas masculinas.

Apesar de falarmos de “intersexo” como condição do nascimento, a anatomia dos intersexuais nem sempre são encontradas no momento do nascimento. Às vezes uma pessoa não conhece a condição de “intersexo” até que a mesma alcance a puberdade, ou se descobrir um adulto infértil. Algumas pessoas vivem e morrem com a anatomia “intersexual” sem que ninguém nunca tenha conhecimento, nem eles mesmos.

O ISNA - Sociedade Norte Americana de Intersexos- encontrou em seus trabalhos de pesquisa que as opiniões dos médicos sobre o que deve contar como "intersexo" variam substancialmente. Alguns acreditam na possibilidade de ter alguma ambiguidade genital, alguma diferença de forma “típica” para contar como “intersexo”, mesmo se o seu interior é, em sua maioria, de um sexo e seu exterior é na maior parte do outro. Outros pensam que o seu cérebro tem que ser exposto a uma mistura incomum de hormônios durante a gestação, no período pré-natal, para contar como “intersexo”. Desse modo, mesmo que a pessoa tenha a genitália “atípica”, ela não está categorizada como “intersexual”, a menos que seu cérebro tenha experimentado desenvolvimento atípico. Ainda existem aqueles que pensam que o indivíduo deve ter os dois ovários e tecido testicular, ao mesmo tempo, para contar como “intersexo”.

O ISNA adota uma abordagem prática e pragmática para a questão: trabalha para construir um mundo livre de vergonha, sigilo e sem procedimentos cirúrgicos genitais não desejados nem consentidos para qualquer pessoa nascida com o que alguém acredita ser fora do padrão da anatomia sexual. Isso porque há casos que crianças são arbitrariamente operadas para se encaixar em uma das duas corporalidades e que não se sentem “alinhadas” a genitália imposta, como o famoso caso de David Reimer, apesar de não ter nascido como Intersexo, passou um processo arbitrário de alteração de seu genital após de ter seu pênis acidentalmente destruído em um procedimento cirúrgico e foi criado socialmente como mulher, quando a partir dos 15 anos começou a se tratar no masculino, quando adulto passou por procedimentos cirúrgicos para re-adequar a corporalidade masculina.

Por isso, o ISNA, que se opõe a mudança de sexo compulsoriamente, considera a história de David Reimer como uma advertência sobre o porquê de os órgãos genitais de menores não devem ser desnecessariamente e sem consentimento modificados. Colocando em evidência a própria percepção de sexualidade e gênero se encontra alinhada com uma visão binarista, baseada nos genitais, reforçando o

controle de um padrão de corporalidade que o próprio movimento diz lutar contra.

Representatividade: Política, Cultural e Lideranças.

Apesar dos pesares, Travestis e Transexuais aos poucos conquistam espaços na política e posições de liderança junto dos movimentos sociais e organizações para ter suas vozes ouvidas, como Indianara Siqueira -que concorreu nas últimas eleições pelo PSOL como vereadora- com a Casa Nem, considerado um “*Safe-Place*” localizando no Rio de Janeiro, para LGBT+ principalmente travestis, transexuais e transgêneros que estão em situação de vulnerabilidade, organiza atividades culturais além do *PreparaNem*, curso preparatório para o vestibular e o ENEM, ademais, existem também outros projetos semelhantes a Casa Nem como a Ecovila Pangeia e Casa 1 que visam a proteção de personas minoritárias, as vezes, em situação de rua.

Atualmente também há o projeto organizado em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro chamado: Trans + Respeito, anteriormente conhecido como “Damas”, tendo um recorte inclusivo as pessoas trans masculinas.

No entanto, atualmente a Casa Nem se encontra com dificuldades financeiras para se manter tendo previsto para ainda este ano o encerramento de suas atividades. Outrora bastante presente na classe artística como principal fonte de entretenimento da sociedade brasileira, atualmente na mídia -brasileira- e no campo artístico encontram forte resistência e dificuldades ligados ao preconceito.

Felizmente, há nomes no campo artístico que aproveitam a fama para dar visibilidade como Laerte, a cartunista, Liniker e MC Linn que com suas músicas e performances nos palcos ajudam a romper com as noções binárias de gênero dando visibilidade à gêneros não-binários, além de colocar em pauta questões como racismo e classe social.²⁰

Entre outras figuras que não são conhecidas por serem engajadas diretamente com a causa, mas sua existência e visibilidade ajudam para mesma como o ator Thammy Miranda- Vale ressaltar que algumas pessoas independente da sua identidade de gênero, mesmo que elas sejam a primeira vista divergentes com o sexo designado ao nascer, não sente desconfortáveis com o nome de batismo escolhendo-os manter ou por qualquer outro fator, como tempo, para escolher um novo nome, o que a primeira vista para pessoas cisgêneras possa ser uma questão impensável ou inexistente, afinal o nome é o cartão de visita de uma pessoa, carrega consigo um significado e uma história, demanda tempo para algumas pessoas escolher algum que a deixem confortáveis, reforçando que isso não as torna mais ou menos aquilo que elas dizem ser.- que também concorreu a vereador pelo PP, alvo de polêmicas na época, por ser partido do Deputado Federal Jair Bolsonaro considerado um dos principais antagonistas pela luta de direitos dos LGBT+ e outras minorias sociais,

²⁰ Relevante ressaltar esses pontos, porque há maior incidência na morte de Travestis e Transexuais negros e/ou de classes mais pobres. Destacando outro problema que é um velho conhecido que justificam as altas taxas na mortalidade de pessoas Negras no Brasil.

porém Thammy acredita que deve-se ocupar todos os espaços mesmo que seja em um partido que tradicionalmente não apoie a causa.

Claro que houve no passado outras pessoas que estavam a frente do seu tempo, mas pelo apagamento e outros fatores que deixavam o cenário hostil para “sair do armário” e até reivindicarem suas identidades, referente a confusão na construção de termos como Transformista sendo sinônimo de Travesti, como é erroneamente visto no senso comum, o termo seria o equivalente a Drag Queen. Enquanto Travesti também cause “confusão” pela palavra “travestir” que possui a conotação de se fantasiar. Vale ressaltar que há travestis que preferem serem chamadas de transformistas e com isso deve-se respeitar as individualidades de cada pessoa, tornando-se difícil e até desaconselhável compulsoriamente deduzi-las.

A importância da representatividade e a publicização dessas vivências com a intenção de informar, gerar consciência e até mesmo ajudar outras pessoas que se sentem deslocadas por não saberem ao certo o que são e se descobrem com essas figuras ou até uma forma de explorar sua própria existência para algo além da cis-hetero-normatividade compulsória. Além de normatizar mesmo que lentamente e aos poucos, novamente a existência de outros gêneros e suas expressões como outrora existiu no passado, sendo a binaridade um dos males do ocidente que “contaminou” o mundo todo com essa visão e hoje, por conseguinte, mostra que não é porque algumas atitudes e padrões são considerados tradicionais que eles sejam bons ou imutáveis, permitindo um pouco de esperança as pessoas Transvestigeneres.²¹

Vale ressaltar, que deve-se sempre olhar as vivências de travestis, transexuais -transgêneros- tanto binários quanto não binários e outras letras-identidade/sexualidade como individual e dentro de uma variação natural da ampla pluralidade presente na natureza humana, evitando tratá-los como regra geral e/ou como os Outros, os divergentes e que sempre devem ter conhecimento pleno de si para explicar leigos pacientemente como eles se sentem ou o que são, quando na verdade tudo que essas pessoas querem é serem vistos com normalidade como uma pessoa dentro dos padrões estéticos e da cis-hetero-normatividade é vista.

Por outro lado, deve-se temer o esvaziamento dessa representatividade quando montam espantalhos ²² diminuindo e, ou exibindo uma realidade que desvia totalmente o cerne da questão que deveria ser a realidade coletiva daquele grupo e não individual, quando perde-se o momento para discutir medidas que seriam benéficas para todas as pessoas inseridas naquele grupo. Quando deveriam estar *politizando* e aproveitando o espaço para discussões pertinentes, porém é uma faca de dois gumes, isso porque ao focar unicamente no aspecto político-social trata-se com demasiada impessoalidade e falta sensibilidade, como é visto atualmente, para lidar com a questão e fazer os recortes necessários para entender os anseios e os desafios das travestis e transexuais

21 Termo guarda-chuva para se referir à Travestis, Transexuais e Transgêneros.

22 Utilização da palavra espantalho como referência à falácia do espantalho ao criar uma imagem fantasiosa/falaciosa de algo que não corresponde totalmente a realidade.

no momento de construir políticas públicas e implementá-las.

Problemas Jurídicos

É evidente os amplos problemas sociais que Travestis e Transexuais passam ao longo de suas vivências, muitos culminam em diversas patologias, fora do senso comum, como: Ansiedade, Depressão entre outras que, por conseguinte essas pessoas na tentativa de amenizar ou finalizar com o sofrimento se suicidam.

No senso comum, morrem principalmente por complicações da vida, dita promíscua que levam - esquecendo que muitas vezes são obrigados a se prostituírem para sobreviver e como a prostituição é um outro tabu e tratado com ojeriza por algumas vertentes feministas e outros movimentos por razões diferentes, dificultando medidas que possam proteger ou amenizar os riscos que profissionais do sexo sofrem.

Em contrapartida, um dos principais problemas desse grupo se encontra no campo jurídico, retirada de documentos, matrícula em instituições de ensino, emprego etc. Recentemente foi anunciado o desejo do Governo Federal na confecção de uma espécie do Registro Geral unificado, muitos defendem acreditando na redução de fraudes, uma vez que ele terá um chip e nele constará também outras informações, documentos que estarão atrelados ao RG. Isso porque no sistema atual, cada estado tem um padrão de numeração na confecção.

Para as pessoas cisgêneras, significa o transtorno da atualização de seus documentos, para Travestis, Transexuais e Transgêneros torna-se indefinido o significado disso, neste chip no novo RG pode conter informações que eles não gostariam que empresas, instituições tivessem acesso temendo o aumento da possibilidade de se encontrarem mais expostos à situações discriminatória, por exemplo, no novo documento consta a categoria sexo, o quão improvável seria constar que se trata de uma travesti ou trans?

A inexistência de leis referentes a identidade de gênero no Brasil, torna-se obrigatório dar entrada a processos judiciais para retificar documentos. Neste processo, um juiz determinará se podem ou não terem seus nomes e documentos corrigidos, além da obrigatoriedade de razões para convencer o mesmo como cirurgias, laudos psiquiátricos etc para garantir que essa pessoa seja lida como “trans de verdade” , mas se por azar essa pessoa não tiver passado por esses processos por falta de recursos, demora no processo de transexualização ou pelo simples fato da pessoa não desejar passar por essas mudanças, drasticamente suas chances de conseguir um veredicto favorável do juiz diminuem, ademais, algumas pessoas só conseguem retificar seus nomes em documentos, ainda é raro conseguir o sexo.²³

Há a Lei João Nery (PL 5002/2013) que tramita desde 2013 na Câmara dos Deputados e procura garantir o respeito e reconhecimento da identidade de gênero, apresentado pelo Deputado Federal Jean Willys (PSOL/RJ) e baseada na Lei de Identidade e Gênero Argentina (“Ley 26.743”), a motivação desta lei é a tentativa de

praticamente extinguir a burocracia presente no processo, atualmente como paliativo pode-se utilizar do nome social.

Nome social é o nome pelo qual Travestis e Trans preferem ser chamados cotidianamente. Inutilizando o nome de batismo que não reflete sua identidade de gênero, do inglês *DeadName* – nome morto. Todavia, existe um incômodo ao analisar como soa facultativo o “nome social”, por ele ser visto como um tipo de apelido, abrindo espaço para a cobrança do “nome verdadeiro”, além de ratificar que Travestis e Trans não são “pessoas de verdade”, para uma “transição social”, obtendo o mínimo de conforto e reconhecimento permitindo usufruir serviços, direitos e até mesmo na obtenção de um emprego; Estas pessoas, que hoje possuem acesso aos espaços sociais estando minimamente protegidas de constrangimentos estão novamente ameaçadas com o novo RG, apesar de muitos questionarem se não é um pouco precipitado analisar por esse ângulo, no entanto, não é demasiado se preparar ao buscar maneiras de manter conquistas e aumentá-las .

Processo Transexualizador

O processo transexualizador garantido pelo SUS que visa permitir a transição hormonal e cirúrgica, além de apoio psicológico e social de pessoas que estão em desacordo com seu gênero designado ao nascer. Apesar de estar em acordo com os interesses da militância da população T, o mesmo segue os parâmetros estipulados pelo DSM -Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- que é escrito e organizado pela Associação Americana de Psiquiatria - APA. Por serem feitos por autoridades no assunto, profissionais e gestores da área da saúde de todo o mundo observam o que esta instituição entende por doenças psiquiátricas e psicológicas.

Em sua última versão, atualizada em 2013, o DSM-5 cataloga a transexualidade como uma “disforia de gênero”. O termo “disforia” caracteriza um desconforto mórbido causado por ansiedade. Na psiquiatria essa palavra é interpretada como uma sensação de alheamento ou despersonalização do próprio corpo: olhar para Si e achar-se fisicamente incoerente com o seu Eu.

Apesar do DSM, na CID a transexualidade figura novamente como doença em sua versão mais recente, a CID-10 -concebida em 1992 pela Organização Mundial da Saúde. Dentro deste manual, o código F64.0 consta como “transexualismo” e o código F64.1 como “travestismo bivalente”.

Uma vez que a transexualidade é tratada como uma patologia, logo há um tratamento, surge o protocolo transexualizador. Publicado pelo Ministério da Saúde em 2008, ele tem o objetivo de regulamentar o atendimento médico que o Estado oferece às pessoas trans. Dessa forma, um indivíduo que se identifica com gênero oposto ao

23 Isso ocorre frequentemente quando uma pessoa não se submete por razões diversas à cirurgia de redesignação genital, a despeito dos enunciados 42 e 43 da I Jornada de Direito da Saúde que orientam juízes a permitirem a alteração de nome e sexo nos documentos mesmo sem a realização da cirurgia.

designado no nascimento deve passar por, pelo menos, dois anos de atendimento psicológico para que um profissional possa atestar por meio de um laudo que sua ou seu paciente é de fato transexual.

Este é apenas um de tantos outros laudos que quem é Trans deve conquistar para conseguir ser atendida pelo Estado no intuito de conseguir a cirurgia de redesignação genital feminina; A masculina ainda está em fase experimental no Brasil - capaz de trazer a suposta "cura do transexualismo". Além do psicológico, também é necessário um laudo da assistência social - que comprove que socialmente a pessoa em questão já é admitida em seu círculo social com o gênero que reivindica- outro de um psiquiatra -que comprove que, fora o "transexualismo", a pessoa não sofre de nenhum outro tipo de doença mental-, e mais um endocrinológico -atestando que a mulher trans que pretende conseguir a cirurgia pelo SUS esteja se hormonizando regularmente, há, no mínimo, dois anos.

Atualmente no Brasil, apenas cinco hospitais realizam a cirurgia de redesignação genital: o Hospital das Clínicas de Porto Alegre (RS), o Hospital das Clínicas de São Paulo (SP), o Hospital das Clínicas de Goiânia (GO), o Hospital das Clínicas de Recife (PE) e o Hospital Mário Covas em Santo André (SP). No Rio de Janeiro, o HUPE -Hospital Universitário Pedro Ernesto fazia a cirurgia, no entanto, devido ao excesso de pacientes e incapacidade de atender a todos, eles não realizam mais operações. Isso porque há apenas um médico responsável pelo procedimento, o Urologista Eloísio Alexandro, bastante conhecido no país com vários cursos nessa área. A paralisação das cirurgias torna-se mais grave quando se verifica os valores do procedimento oferecido na rede privada que gira em torno de R\$ 50 mil.

No caso do HUPE, a nova legislação fez com que a procura pelo procedimento aumentasse exponencialmente, tendo em média dez cirurgias realizadas por ano, o HUPE não recebe mais inscrições para interessados no procedimento desde agosto de 2011, na tentativa de reduzir a fila.

É inegável a importância da portaria para as pessoas Transvestigeneres - Transexuais, Travestis e Transgêros - no campo do reconhecimento, mas vale ressaltar que a mesma ocorreu sem o devido investimento ou qualquer preparo prévio e necessário para a qualificação de profissionais, obtenção de equipamentos etc, por conseguinte, reflete uma realidade complexa na relação entre a política pública e a implementação da mesma, ao criar uma grande expectativa que foram frustradas pelos resultados estarem aquém do esperado. Isso porque eles - a equipe responsável pelo processo no HUPE, que seriam os Burocratas Implementadores - estão na ponta de um sistema inexistente, que é intermediado pelo IEDE que avaliam e autorizam a iniciação do processo transexualizador, sem haver o menor cuidado e atenção para os pacientes, além dos funcionários serem membros de uma das partes mais complexas deste sistema.

Entre outros problemas estruturais deve-se destacar que o atendimento é feito no ambulatório de reconstrução genital do Departamento de Urologia, mostrando a

inexistência de um setor próprio, onde uma vez por semana, são atendidos diversos tipos de pacientes -naturais do estado e fora- com questões bastante específicas que vão além da transexualidade, tornando explícita a necessidade de políticas voltadas para área da saúde para essa parcela da população, além da valorização e preparação dos profissionais que atuam ou irão atuar na mesma.

Outro aspecto problemático é a dificuldade em ocorrer eventos, congressos acadêmicos que elucidem essas questões, compartilhar experiências e novidades sobre a transexualidade, além da falta de interesse para médicos de diversas áreas se especializarem, como dito antes neste artigo, a ausência de matérias na faculdade e estímulos durante a formação ou um curso de reciclagem para atualização torna esta situação em uma questão de sorte ou azar - ou efeito roleta russa- em que achar um profissional que saiba lidar com a questão antes da (pessoa) paciente trans sofra algum tipo de discriminação ou com o despreparo do profissional de saúde sejam bastante elevadas, uma das soluções imediatas seriam incentivos externos, como uma bolsa de estudos; O que nem sempre significa como resultado final: Profissionais capacitados.

Se porventura, haja um aumento de profissionais para a criação de outros polos, assim desafogando os existentes, não quer dizer os problemas estejam extintos, como visto na teoria do Street-level Bureaucracy e na Produção da Indiferença Social traz como perspectiva central os dilemas individuais do funcionários que trabalham diariamente com as políticas em seu nível operacional, ao lidar diretamente com o público dessas políticas e também com os conflitos que ocorrem concomitantemente com essa interação, segundo Lipsky, o ponto crucial desta relação está no poder que este funcionário possui ao garantir - ou não - em nome do Estado, bem-estar social ou controle social.

Não é raro ouvir histórias de mau-atendimento e outros tipos de desentendimentos envolvendo médicos e outros burocratas implementadores de outras áreas -professores, policiais etc. Isso porque além capacitação destes profissionais deve-se levar em consideração as crenças pessoais e outras complexidades individuais deste burocrata que diversas vezes se vê em conflito -em um dilema- para lidar com seu trabalho, além das cobranças das instituições pelas quais trabalham - uma vez que estão no último nível de execução destas políticas e carregam consigo grandes responsabilidades sobre o êxito destas -, quanto pelos cidadãos alvo dessas políticas - uma vez que representam uma das principais interfaces do Estado.

No entanto, não é impossível reduzir esses conflitos seja criando órgãos fiscalizadores ou mais espaço para que o assunto, no caso da diversidade de gênero e sexualidade que são tidos como delicados, seja discutido e desfeitos mitos e preconceitos para evitar a “Síndrome do Braço quebrado Trans”, traduzido literalmente do inglês: *Trans Broken Arm Syndrome*, onde profissionais de saúde assumem que todas as questões médicas são o resultado de uma pessoa ser trans.

Tudo - desde problemas psiquiátricos a, isso mesmo, uma fratura no braço.

Quando na verdade, não no caso de uma simples gripe, mas de transtornos como ansiedade, depressão, entre outros que estão cada vez mais comuns em nossa sociedade - e são muito comuns entre as pessoas LGBTQ+. Não são causados diretamente pela transexualidade, mas indiretamente, pelo fato de uma pessoa ser trans, como exposto neste artigo, traz mais ônus do que é possível imaginar em um primeiro momento, todos os aspectos que vão diretamente -ou indiretamente- contra sua existência são o suficiente para causar gatilhos que levam a desenvolver doenças que muitas vezes culminam na retirada da própria vida, se eles não existissem e houvesse mais suporte e sensibilidade na questão, as chances dessa pessoa desenvolver essas doenças iriam reduzir ou as teria por outras razões como qualquer pessoa cis.

A ironia por trás do processo e Considerações finais

Outro aspecto a ser revisto urgentemente é a lógica “patologizante” do processo que transforma Transvestigeneres em problemas e não cidadãos tornando seus anseios completo absurdo por demandarem uma das cláusulas acordadas no suposto acordo, tratado social feito entre cidadãos e Estado que deve garantir o bem-estar.

O processo, políticas públicas e protocolos institucionais, como visto, apesar de estarem, a priori, em harmonia com os interesses do público alvo, o mesmo quando formulado ignora outros pontos cruciais para garantir a eficiência na execução da política pública, desde da divulgação até apoio em outras instituições existentes para a inclusão ser completa como a mudança do nome, segurança, emprego, documentação etc.

Porventura, na época que a política pública foi implementada, é possível acreditar que se fazia necessária essa leitura equivocada para garantir minimamente, como única forma, a possibilidade de se encaixar socialmente com o seu gênero correto, mas também, acaba de se tornar uma “faca de dois gumes” em que visivelmente foi uma medida em que não teve um estudo pós implementação, mantendo uma estrutura engessada, limitada por não conseguir absorver o público alvo por falta de infraestrutura e profissionais capacitados .

Além disso, o passo a passo do processo é extremamente lento e doloroso por ser engessado, pelo menos até meados de 2013 e oficializado em 2017 a “flexibilização” do processo, tornando desnecessário passar pelo processo transexualizador para alterar os documentos ao entrar com o processo jurídico reduzindo consideravelmente constrangimentos, ainda assim, é demasiadamente lento e sem garantias, o estigma carregado pelo tabu de “mudar de corpo” é reforçado pela Burocracia documental presente desde o nascimento com a certidão de nascimento, porém há uma demanda de grupos na internet que a discussão seja levada as esferas políticas na tentativa

de pleitear a retirada do sexo na certidão de nascimento, seguindo o exemplo do caso canadense em que uma criança recém nascida ao ser registrada, sua certidão consta o termo “Indefinido” sendo assim uma possibilidade de reduzir o controle desta Burocracia Documental, como também um avanço nos direitos de crianças Intersexo.

Mesmo que seja possível destacar quais são os pontos conflitantes e em quais esferas eles se localizam, os mesmos se encontram interligadas e também são diversos e ainda assim ao utilizar o recorte interseccional, ainda traz a sensação de “incompletude” da análise uma vez que não foram citadas com tanta profundidade para não tornar o artigo demasiadamente extenso e sem foco por causa das múltiplas possibilidades de vivências, optando por mostrar as opressões estruturais e pós-materialistas mais comuns, porém ainda ignoradas em diversas literaturas. Outro ponto, é a impossibilidade de acesso aos documentos, boletins de ocorrência, prontuários entre outros por razões éticas e, obviamente, do tempo que a burocracia estipula para o possível acesso, tornando inviável uma análise mais profunda das questões burocráticas e documentais, tornando o artigo demasiadamente teórico e sem sua prova real em que se comprova o viés “criminalizador” de algumas existências .

Apesar disso, os aspectos possíveis trabalhos no artigo correspondem a maneira em que o Estado encontra por leis para reproduzir e reordenar a sociedade. Segundo Das e Poole, com um viés antropológico e político, devem ser compreendidas como práticas marginais, por se encontrarem na margem, onde espaços sociais são utilizados para tais fins, essa relação se torna explícita quando são analisadas políticas públicas que dependem de burocratas para executar e administrar a interação entre o Estado e os usuários - cidadãos. Das e Poole também dão ênfase a necessidade de exceções à regra serem relevantes, isso porque também deve-se levar em consideração que cada pessoa seja trans ou travesti - binário ou não-binário- têm diferentes necessidades, algumas pessoas querem passar pela cirurgia, outras não, assim como a hormonização e isso deve ser respeitado.

É necessário compreender que neste processo o órgão genital é um mero detalhe. A Questão dessa parcela da população é mais complexa e vai além da cirurgia. Deve-se desconstruir a noção binária construída pela religiosidade cristã, apresentada pela Colonialidade, do que é masculino ou feminino para assimilar a não necessidade de definir tudo por gênero e como isso também reflete como uma forma de controle e opressão, assim como políticas educativas para sensibilizar a população e as instituições em relação às violências sofridas diariamente por estas pessoas, como apresentado por Haraway e Berkins.

Pode-se concluir que há muito o que conquistar e esclarecer em relação às questões tratadas neste artigo, porque o mesmo mostra que a questão da Tranvestigeneridade é tão delicada por colocar em xeque diversos preceitos tidos como naturais e imutáveis que estão à séculos em vigor como verdades absolutas com ajuda de diversas áreas de conhecimento como a biologia, história e linguagem que reforçam uma lógica patriarcal, permitir que esses valores se dissolvam, demonstra

uma redução de poder considerável de Aparelhos ideológicos e Repressivos para controlar as vivências e quem somos, além de re-discutir razões pelas quais é tão difícil arrumar uma solução ao longo prazo para diversas questões como antigamente quando os movimentos sociais identitários, pós-materialistas começaram a surgir, quando não havia tanta consciência de interseccionalidade e estava sendo criado espaço para que isso seja discutido, apesar de ser inadmissível e paradoxal que haja pessoas tendo atendimento médico e outros direitos básicos negados, enquanto a constituição -brasileira- diz que o Estado tem que garantir à todos os seus cidadãos uma vida digna em todas as etapas de sua existência, fisicamente, psicologicamente, econômica e social independente de sua sexualidade, gênero, credo ou cor.

Destarte, a intenção deste artigo também foi para ocupar o espaço de uma análise pré-eliminar de políticas públicas e outras questões institucionais referentes à esta população, uma vez que é curiosamente incomodo a escassez de artigos sobre o assunto em determinadas áreas acadêmicas, pode-se acreditar que seja pela atualidade do assunto, porém o movimento LGBTQ+ existe, como força política que conhecemos hoje, pelo menos o movimento nacional, desde o final dos anos 80, é no mínimo de se estranhar a falta de aprofundamento de alguns assuntos que soam mais urgentes para a sobrevivência desses grupos minoritários.

Em suma, este artigo foi escrito com a intenção de mostrar alguns pontos do ” lado “oculto” da Burocracia por trás das políticas públicas que flertam com políticas criminais – biopoder e tanatopolítica - mostrando e elucidando os males do senso comum e vícios entorno da militância, aliados e dos burocratas implementadores, Estado como entidade flutuante e maquiavélica e dos atores envolvidos que usufruem da política pública, conclui-se que ainda há muito o que destrinchar e compreender dessa fenomenologia Burocrática e Estatal.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. **Reflexões sobre a possibilidade da despatologização de transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil**. Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad, n 14, p.380-407, Dossier n. 2, agosto de 2013.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I**, trd. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 (Homo Sacer – Il Potere Sovrano e la nuda vita).

_____. **Estado de Exceção**, trd. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004 (Stato di Eccezione).

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DMS-V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Tradução Maria Inês Correa Nascimento. Porto Alegre: ARTMED, 2014.

ARÁN, Márcia; Murta, Daniela; Lionço, Tatiana. **Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva**, vol.14, nº.4. Rio de Janeiro. Jul/Ago. 2009.

- BARBOSA, Gustavo Batista, **A Sociedade Contra o Estado: A Antropologia de Pierre Clastres**. Revista de Antropologia. Vol.47. No.2 São Paulo. 2004
- BERKINS, Lohana (2000), **O Direito Absoluto Sobre os Nossos Corpos**. Revista América Livre, em 18 dez 2000, Edição digital.
- BUTLER, Judith. **Marcos de Guerra: las vidas lloradas**. 2010, pg. 13)
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- BRASIL. Ministério da Saúde, **Caderno de Atenção Básica** nº 26, p. 80. Brasília/DF: 2009
- BYINGTON, Elisa. **O Estado de Exceção: Entrevista com Giorgio Agambem**, in Carta Capital, de 31/03/2004, pp. 76-78.
- CLASTRES, Pierre. **Society Against The State**. Urizen Books, Nova Iorque. 1997
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CUNHA, Maria Clementina. **Hospício a céu aberto**. Revista de História: A Revista de História da Biblioteca Nacional.
- DAS, VEENA; Poole, Deborah (Eds.) **Anthropology in the Margins of the State**. 330 p., Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **“Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos**. Mana, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 39-68, Apr. 2013 23 June 2017.
- FERNANDES, Estevão Rafael. **Ativismo Homossexual Indígena: Uma Análise Comparativa entre Brasil e América do Norte**. Dados, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 257-294.
- FOUCAULT, Michel. **La Volonté de savoir**, 1976.
- FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. In: Cadernos de campo, São Paulo, 2006.
- HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. in *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano*. (org, Tomaz Tadeu). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2000.
- HERZFELD, Michael. **The Social Production of Indifference: Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy**. New York: Berg. 1991.
- INDIAN COUNTRY MEDIA NETWORK. **Dois espíritos, um coração, cinco gêneros**. <https://indiancountrymedianetwork.com/news/opinions/two-spirits-one-heart-five-genders/>. Acesso em 20 de novembro de 2016
- LIPSKY, Michael. **Street-level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services**. Russell Sage Foundation, New York, 1980.
- _____. **Toward a Theory of Street-level Bureaucracy**, in W. Hawley & M. Lipsky (eds) *Theoretical Perspectives on Urban Politics*, Eaglewood Cliffs, NJ, Prentice Hall, 1976.

- LOTTA, Gabriela. S.. **Estilos de Implementação: ampliando o olhar para análise de políticas públicas**. In: Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, 2008, Salvador. Anais do 3o Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, 2008
- LOTTA, Gabriela S. & PAVEZ, Thais. **Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais**. In. Congresso LASA, São Paulo, 2009.
- PRADO, S. Moutinho.(2016). **Corpo e Expressão: A masculinidade enquanto linguagem e técnica corporal**.
- PRECIADO,Paul. **Manifesto Contrasexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil da análise histórica**. Educação e Realidade, v.16, n2, jul/dez. 1990, p.5-22
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. In: Sociedade Estado, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, 2006.
- YOUNG, I. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova, 67, 2006.
- YOUTUBE.**Entrevista com a ex-chacrete, Travesti e Negra. Weluma** <https://www.youtube.com/watch?v=3kiVou2FHik>. Acesso em 20 de novembro de 2016

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 83, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194

Autobiografia 186, 190, 192

B

Bio-Tanatopolítica 152, 157

C

Câmara dos Deputados 89, 94, 112, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 177

Cidadania 16, 22, 23, 24, 25, 46, 47, 63, 92, 132, 133, 135, 138, 145, 158

Cultura 4, 18, 20, 21, 22, 25, 29, 51, 53, 54, 55, 59, 60, 65, 68, 70, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 95, 98, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 110, 117, 137, 148, 153, 160, 170, 171, 188, 191, 195

D

Direito à cidade 129, 130, 132, 135, 136, 137, 138

E

Educação 7, 9, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 38, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 77, 82, 95, 97, 98, 99, 111, 127, 131, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 185, 195

Educação Especial 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150

F

Fé 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 184

Feminismo 67, 68, 77, 79, 85, 99, 169, 172, 184

G

Gênero 1, 4, 6, 8, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 52, 53, 54, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 91, 97, 98, 99, 116, 130, 136, 137, 138, 139, 147, 153, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 191, 193

Georg Simmel 67, 68

H

História 3, 4, 12, 14, 28, 35, 36, 37, 47, 56, 64, 66, 71, 77, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 100, 101, 104, 105, 110, 111, 117, 133, 138, 157, 158, 162, 171, 174, 175, 182, 184, 186, 187, 194, 195

HIV/Aids 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36

Homossexualidade 161, 162, 169, 186

I

Inclusão 13, 30, 63, 65, 93, 117, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 154, 157, 159, 165, 169, 181

Invisibilidade 1, 35, 83, 138

J

Judith Butler 67, 68, 191

L

Literatura pós-colonial 79, 84

Lutas feministas 129, 133

M

Mães 79, 80, 82, 83, 86, 88

Masculinidade hegemônica 20, 67, 70, 73, 75, 76

Morro da Conceição 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

Movimentos Sociais 98, 132, 137, 138, 152, 165, 175, 183, 185

Mulher 1, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 22, 25, 32, 33, 51, 52, 66, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 85, 91, 92, 93, 95, 97, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 160, 162, 163, 164, 170, 171, 172, 174, 179

Mulheres na cidade 129, 130, 133, 135

N

Narrativa 163, 173, 186

Necropolítica 152

P

Poder Legislativo 112, 127

Prisão 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 41, 42, 43, 113, 163

R

Representação política 90, 93, 94, 97, 99, 112, 116, 128, 185

Representação política de minorias 112

S

Sala de Recursos 140, 146, 150

Sexualidade 22, 35, 36, 37, 77, 157, 160, 167, 169, 171, 172, 174, 176, 180, 183, 186, 192, 193, 194, 195

Sorodiferença 28, 29, 31, 32

T

Teoria Queer 67, 68, 71

Territorialização Perversa 38

Trânsito 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26

Transvestigeneres 152, 169, 172, 176, 179, 181

U

Uso de Drogas 38, 39

V

Violência 1, 7, 10, 11, 15, 22, 23, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 52, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 87, 97, 134, 135, 137, 139, 153, 159, 163, 166, 186, 191

Violência de gênero(s) 52, 67, 68, 69, 73, 75

 **Atena**
Editora

2 0 2 0